

D o s s i ê d e T o m b a m e n t o
A v e n i d a A u g u s t o d e L i m a , 2 0 6 1

J u n h o 2 0 2 2

Revisão, pesquisa complementar e montagem final:

Historiadora:
Bruna Aparecida Mendes de As
DPCA/FMC

Arquiteto:
Teodoro Magni
DPCA/ FMC

Pesquisa preliminar:

Historiadora:
Glória Maria Okamoto

Arquitetos:
Sérgio Fagundes
Carolina Cavalcanti
Júlio Fagundes

ÍNDICE

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS	4
2. POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL.....	5
3. BREVE HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE	9
4. O CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA – GRANDES EQUIPAMENTOS	13
4.1. Os GRANDES EQUIPAMENTOS.....	14
5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BEM CULTURAL	21
5.1. A ARQUITETURA ART DÉCO E RACIONAL CLÁSSICA EM BELO HORIZONTE	28
5.2. A EDIFICAÇÃO DA AUGUSTO DE LIMA, 2061	34
6. DOCUMENTOS DE PROJETO	38
7. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DE JUNHO DE 2022.....	51
8. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO ANTERIOR A 2022	65
9. JUSTIFICATIVA PARA O TOMBAMENTO.....	88
10. DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO	91
11. REFERÊNCIAS	93



1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O bem cultural situado na Avenida Augusto de Lima, 2061, Bairro Barro Preto, com índice cadastral 012.057.301.001-5, 12ª seção urbana, quarteirão 057, lote 301 possui processo de tombamento nº 01.181117.09.48. Esse bem cultural foi listado como possuidor de interesse para proteção no âmbito do Dossiê de Proteção do Conjunto Urbano Avenida Barbacena - Grandes Equipamentos, o qual foi aprovado pelo Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município/CDPCM-BH em reunião ordinária ocorrida no dia 02/12/2009, deliberação nº 105/ 2009, publicada no Diário Oficial do Município em 16 de Dezembro de 2009. O processo de tombamento específico do bem cultural está apenso ao processo de tombamento do Conjunto Urbano Avenida Barbacena/- Grandes Equipamentos.

O presente dossiê se trata de ampliação e revisão do estudo inicial elaborado pela Fagundes Tecnologia e Arquitetura LTDA. Para a elaboração da versão atual, foi realizada vistoria no prédio e realizada nova consulta à documentação histórica arquivada na instituição. Foram também analisados os projetos arquitetônicos originais fornecidos pelo Arquivo Público Municipal e o projeto de intervenção mais recente arquivado nesta Diretoria de Patrimônio Cultural e Arquivo Público / DPCA, assim como os ofícios relativos às intervenções, a ficha de Inventário de 2009 elaborada por esta DPCA e a Ficha de inventário elaborada em 2021 pela Fagundes Tecnologia e Arquitetura LTDA.

Dessa forma, o presente dossiê de tombamento explicita o relevante valor histórico, cultural e urbanístico do bem cultural, visando subsidiar a definição do seu grau de proteção e estabelecer suas diretrizes de proteção, conforme estabelecido pela Lei 3.802/84 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte.



2. POLÍTICA DE PATRIMÔNIO CULTURAL

A visão da preservação abrangendo conjuntos e centros urbanos e não apenas o objeto arquitetônico isolado começou a ser considerada em todo o mundo a partir das grandes reformas urbanas no século XIX. A origem dos conceitos atuais de "patrimônio urbano" liga-se ao arquiteto e urbanista italiano Gustavo Giovannoni, que em 1931, na obra *Vecchie Città ed Edilizia Nuova*¹, reconhece o valor estético e histórico das partes antigas das cidades e a relação de complementaridade que têm com as partes novas.

As recomendações contidas na "Carta de Atenas" de 1931 sobre a proteção de monumentos e sítios urbanos, baseadas nos conceitos de Giovannoni, serviram, dos anos 1930 até os anos 1970, como suporte para as ações de proteção. No Brasil, em 1937, o Decreto-lei nº 25 organiza a proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Na época, prevaleciam as ações de preservação de áreas urbanas bastante homogêneas, de estilo colonial, sendo frequentes, inclusive, os "retoques" para a eliminação de detalhes arquitetônicos pertencentes a tendências estilísticas ecléticas, estranhas ao padrão colonial.² A valorização das raízes nacionais e as consequentes ações de proteção do patrimônio cultural harmonizavam-se com os interesses do poder político central, representado inicialmente pelo Estado Novo e depois, nos anos 1970, pelos governos militares, os quais usaram a ideia de preservação para a promoção da integração nacional e do turismo regional.

Nos anos 1970 promove-se uma nova e abrangente visão de patrimônio, reconhecendo-se o valor dos bens intangíveis. Recuperava-se, portanto, a ideia original de Mário de Andrade que, mesmo antes do Decreto-lei nº 25, considerava como bens a serem preservados as chamadas manifestações intangíveis, como a maneira de preparar uma comida, costumes, manifestações folclóricas, etc.

A consolidação dos conceitos ligados à memória e ao patrimônio é resultado da formulação de ideias e apresentação das experiências dos países participantes dos vários encontros internacionais sobre a proteção ao Patrimônio Mundial, promovidos pela UNESCO. Em tais encontros produziram-se documentos referenciais, entre os quais cita-se a Carta de Veneza, de 1964; a Declaração de

¹ GIOVANNONI, Gustavo. *L'urbanisme face aux villes anciennes*. Paris: Éditions du Seuil, 1998, com introdução de Françoise Choay.

² Ressalte-se que no Brasil houve uma forte vinculação entre as ideias de preservação e o movimento moderno brasileiro e, assim como em outros países da América Latina, a arquitetura moderna é influenciada pelos códigos formais oriundos da arquitetura colonial. Os modernistas, também pioneiros das ideias de preservação no Brasil e que condenavam a presença de elementos ecléticos no tecido colonial, admitiam, no entanto, a inserção de obras modernas neste mesmo tecido, como é o caso do Grande Hotel de Ouro Preto e de Diamantina, de Oscar Niemeyer, demonstrando o grau de flexibilidade com que no Brasil se entendeu a ideia de homogeneidade estilística dos conjuntos urbanos, preconizada Giovannoni.



Amsterdã, de 1975; a Recomendação de Nairobi, de 1976; a Declaração do Conselho da Europa, de 1978; a Carta de Toledo, de 1987 e a Conferência de Helsinki, em 1996.

A partir dos anos 1980, baseando-se nos conceitos da Carta de Amsterdã de 1975, há uma revisão conceitual propondo-se uma leitura acurada da diversidade arquitetônica existente nos lugares e das marcas que os processos históricos deixam no espaço, questionando-se a ideia vigente da valorização prioritária da homogeneidade estilística e o antagonismo entre “velho” e “antigo”. Assim, o espaço urbano é considerado como referencial simbólico e, em termos arquitetônicos, considera-se que não somente o patrimônio colonial, mas todas as intervenções estilísticas e períodos históricos têm interesse para a preservação, sempre que reforcem uma ambiência e contribuam para a coesão e manutenção dos valores identificados em um conjunto urbano. Neste sentido, considera-se que o que deve ser lembrado ou esquecido, preservado ou desaparecido não se liga necessariamente a acontecimentos e pessoas consideradas notáveis, mas a todas as manifestações sociais. Segundo Maria Beatriz Silva:

Tanto o exercício da memória, quanto a formação da identidade são, a nível individual, capacidades humanas, como andar, comer, dormir; porém, quando tomadas coletivamente, passam à categoria de direitos a conquistar, aos quais o maior obstáculo parece ser o interesse individual ou corporativo.³

De fato, afirma Márcia Santianna:

Esse novo conceito de cidade-documento justificou, assim, ao longo de toda a década de 80, a proteção de áreas urbanas sem grande interesse artístico ou estético, portadoras de conjuntos arquitetônicos heterogêneos e já bastante fracionados, mas que tinham muito a dizer sobre a história urbana do país. Os critérios de intervenção praticados anteriormente sofrem duras críticas nesse período, em favor de uma abordagem mais histórica e menos estética do patrimônio urbano.⁴

Em Belo Horizonte, desde 1994, a concepção de bem cultural da Carta de Amsterdã vem fundamentando as políticas de proteção do patrimônio, que se baseiam no conceito de conjunto urbano e ambiência. Os conjuntos urbanos são agrupamentos de construções e espaços dentro da cidade onde se reconhece um grau expressivo de coesão e valores estéticos, arquitetônicos, socioculturais e históricos.⁵ O limite de proteção de tais conjuntos normalmente é definido por edificações referenciais,

³ SILVA, Maria Beatriz Setubal de Rezende. Preservação na Gestão das Cidades. In: Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional N - Cidadania. Rio de Janeiro: IPHAN, 1996. N.º 24.

⁴ SANTIANNA, Márcia, Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos: uma análise crítica - em <http://www.archi.fr/SIRCHAL/> em 27 de março de 2004.

⁵ A Recomendação relativa à salvaguarda dos conjuntos históricos e sua função na vida contemporânea, 19ª Sessão UNESCO - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, realizada em Nairobi em 26 de novembro de 1976, considera: “conjunto histórico ou tradicional todo agrupamento de construções e de espaços, inclusive os sítios arqueológicos e paleontológicos, que



espaços polarizadores ou ambiências características, entendendo-se por ambiência o quadro natural ou construído que influi na percepção estática ou dinâmica desses conjuntos, ou a eles vincula-se de maneira imediata no espaço, ou por laços sociais, econômicos ou culturais⁶. De fato:

(...) É importante ressaltar que essa ambiência pode incluir bens culturais dos mais variados usos, como residências, casas comerciais, instituições públicas, áreas verdes e de lazer. Essa pluralidade também se expressa nas opções construtivas que podem abranger desde ricos projetos arquitetônicos, como também edificações mais modestas, erigidas a partir do desejo de seus respectivos proprietários. Considera-se que em ambos os casos estão expressas visões de mundo, experiências de vida, enfim, história rica em informações culturais que criam laços de pertinência e identidade do homem e sua cidade.⁷

Durante os estudos para a definição da proteção dos conjuntos urbanos é registrado o cenário urbano com suas especificidades internas e sua relação com as referências externas. Tem-se adotado para a análise dos usos e apropriações do espaço, cinco categorias adotadas originalmente nos estudos de antropologia urbana realizados pelo antropólogo José Guilherme Cantor Magnani, do Núcleo de Antropologia Urbana NAU/USP. Essas categorias são a mancha urbana, os pedaços, os trajetos, os pórticos e os circuitos.

A mancha é um espaço estável, claramente demarcado e com limites físicos, identificáveis pelas imaginário dos usuários. Acontece no entorno de edificações e equipamentos polarizadores ou que se complementam. Pode-se considerar o conjunto urbano como uma grande mancha que pode abrigar ou sobrepor-se a outras manchas.

O pedaço é onde ocorrem práticas sociais ritualizadas. São delimitações espaciais com limites fluídos, pois não são constituídas apenas pelo território, mas pelo território e pela rede de relações sociais. As relações sociais em um pedaço não são tão formais como as impostas pela sociedade nem tão íntimas como as que ocorrem no espaço da família, embora evoquem laços familiares, de vizinhança, de origem e outros. Nessa categoria a componente simbólica é marcante.

O trajeto é a via, rua ou caminho que atravessa as manchas e os pedaços. Nele ocorre uma apropriação relacionada à aos fluxos de pessoas e veículos, diferente do uso que ocorre nos pedaços e nas manchas.

constituam um assentamento humano, tanto no meio urbano quanto no rural e cuja coesão e valor são reconhecidos do ponto-de-vista arqueológico, arquitetônico, pré-histórico, histórico, estético ou sócio cultural”.

⁶ Definição contida na Recomendação de Nairobi op.cit.

⁷ Cartilha elaborada pela Gerência de Patrimônio Histórico Urbano da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, 2002.



O pórtico pode aparecer ao longo dos trajetos. São espaços, marcos e vazios na paisagem urbana que configuram como transições, passagens ou fronteiras entre manchas ou pedaços.

O circuito é a categoria que não se atém à continuidade espacial. Descreve o exercício de uma prática ou a oferta de serviços em estabelecimentos, equipamentos e espaços que podem estar distantes espacialmente, mas são reconhecidos pelos usuários como apropriados e prediletos: por exemplo, o circuito gay, o circuito dos cinemas de arte, o circuito dos salões de dança, dos antiquários, etc.

Nos estudos do patrimônio cultural, as categorias de da antropologia urbana de Magnani auxiliam como instrumentos para a contextualização e para a leitura do espaço, somando-se às avaliações de caráter histórico, arquitetônico ou afetivo. Nessas análises são realizadas fichas de inventário nas quais pontua-se as edificações de interesse para preservação em função de serem referenciais ou polarizadoras em uma determinada mancha urbana, de serem elementos ligados às práticas realizadas nos pedaços, de conformarem trajetos, além de sua importância enquanto portadoras de significados para a história do lugar, para a arquitetura de Belo Horizonte ou para a valorização do sentimento de pertencimento e da relação afetiva dos indivíduos e da coletividade com os lugares.



3. BREVE HISTÓRICO DE BELO HORIZONTE

Na época da Inconfidência era esperada para o Estado uma nova e moderna capital, que até então era Vila Rica, atual Ouro Preto. Em 17 de dezembro de 1893, o governador Augusto de Lima determinou ao Congresso Mineiro que a mudança da capital deveria acontecer para um local que reunisse melhores condições de localização e infraestrutura. Foram sugeridas então cinco localidades: Juiz de Fora, Barbacena, Paraúna, Várzea do Marçal e Arraial do Curral D'El Rey (atual Belo Horizonte). O Congresso Mineiro se pronunciou e decidiu que a capital fosse construída nas terras do arraial de Belo Horizonte. O arraial oferecia ótimas condições: estava no centro da unidade federativa, a 100 km de Ouro Preto, o que muito facilitava a mudança. Era acessível por todos os lados e com um bom clima, numa altitude de 800 metros. A área destinada à nova capital se localizava entre as Serras do Curral e de Contagem, Serra da Piedade e Vale do Rio Paraopeba. Em 1893, o arraial foi elevado à categoria de município e capital de Minas Gerais, sob a denominação de Cidade de Minas. Em 1894, foi desmembrado do município de Sabará. No mesmo ano, os trabalhos de construção foram iniciados pela Comissão Construtora da Nova Capital, chefiada por Aarão Reis, com o prazo de 5 anos para o término das obras.

Entre os anos de 1894 a 1897, Belo Horizonte foi projetada pelo engenheiro Aarão Reis e foi a primeira cidade brasileira moderna planejada. Foram feitas avenidas em diagonal e quarteirões de dimensões regulares. Entre a paisagem urbana e a natural foi prevista uma área de transição que articulava os dois setores. Belo Horizonte surgia como uma tentativa de síntese urbana no final do século XIX. O objetivo de se criar uma das maiores cidades brasileiras do século XX foi atingido. O projeto da cidade foi inspirado no modelo das mais modernas cidades do mundo, como Paris e Washington. A cidade foi dividida em três áreas: central urbana, suburbana e rural. A área central urbana recebeu uma estrutura de transportes, educação, saneamento e assistência médica, bem como edifícios públicos dos funcionários estaduais e estabelecimentos comerciais. A Avenida 17 de Dezembro, atual Avenida do Contorno, era o limite dessa área. A região suburbana, formada por ruas não regulares, não recebeu, a princípio, infraestrutura urbana. A área rural era composta por cinco colônias agrícolas com várias chácaras abastecendo a cidade com produtos hortigranjeiros.

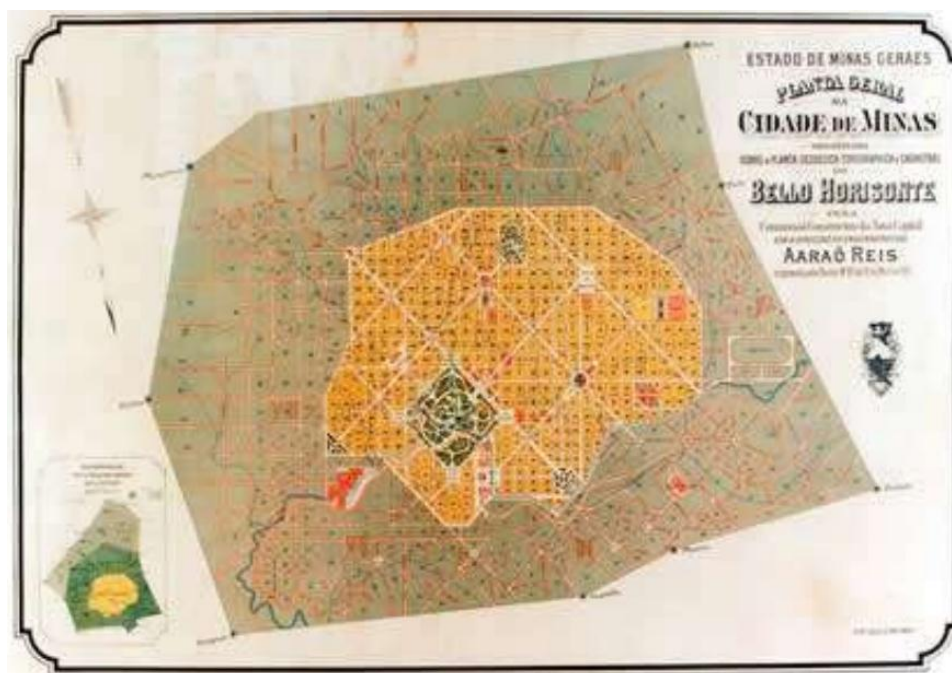


Figura 4: Primeira Planta Geral De Washington



Fonte: (http://pt.wikibooks.org/wiki/Washington,_D.C./Cultura)

Em maio de 1895, o engenheiro Francisco de Paula Bicalho assumiu as obras. Em 12 de dezembro de 1897, o presidente de Minas Gerais, Crispim Jacques Bias Fortes, inaugurou a nova capital, que já possuía 10 mil habitantes.



Planta Geral da Cidade de Minas: Belo Horizonte: Aarão Reis



A Praça da Liberdade, o Palácio do Governo e as Secretarias de Estado foram os primeiros locais a serem construídos. Além deles, o Parque Municipal, a Praça da Estação, a Avenida Santos Dumont, a Rua da Bahia e a Avenida Afonso Pena foram projetados para dar mais conforto e mobilidade para os moradores da época. Essas construções são reconhecidas até hoje e entraram para a história da cidade. Na década de 20 a indústria ganhava impulso, inauguravam-se grandes obras, e surgiam novos bairros, a maioria sem planejamento. Em 1929, numa região pacata e tranquila formada pelos cruzamentos da antiga Avenida Paraopeba (hoje conhecida como Augusto de Lima) com as ruas Santa Catarina, Goitacazes e Curitiba, era inaugurado o Mercado Municipal de Belo Horizonte. Em 1932 era inaugurado na Praça Sete, o Cine-Theatro Brasil, indicativo de desenvolvimento no campo cultural. A casa de espetáculos, que funcionou de 1932 a 1999, ficou em restauro por alguns anos, sendo finalizada em 2015, suas obras eram para fins de recuperação da estrutura interna e da fachada e foi transformada em um centro de cultura e acervo de longas metragens. A década de 1940 foi uma época de mudanças. O avanço da industrialização trouxe muitas inovações para a cidade. O Complexo Arquitetônico da Pampulha, projetado por Oscar Niemeyer, por encomenda do então prefeito Juscelino Kubitschek, foi inaugurado neste mesmo período. Além disso, projetos de Portinari, Alfredo Ceschiatti e os famosos jardins de Roberto Burle Marx também foram obras importantes da época. Na década de 1950, o gênio pioneiro do jornalismo, Assis Chateaubriand, fundador dos Diários e Emissoras Associados, inaugurava, em 1955, a TV Itacolomi, primeira emissora de televisão da capital, que anos mais tarde, durante a ditadura militar, seria fechada. Na década de 1960 muitas demolições foram feitas, transformando o perfil da cidade, que passava a contar com arranha-céus e asfalto. Em 1962, a reitoria da então Universidade de Minas Gerais era inaugurada pelo presidente João Goulart e o famoso pirulito, marco cívico comemorativo do centenário da independência, era retirado da Praça Sete para ser remontado na Praça Diogo de Vasconcelos, na Savassi. O Pirulito, marco histórico por excelência da cidade, foi doado pelo povo de Betim e inaugurado em 7 de setembro de 1924 como uma homenagem ao primeiro centenário da Independência, comemorado em 1922. Desde então ele desempenha um importante papel na vida social e política dos cidadãos, servindo a diversos usos e apropriações como comemorações, manifestações políticas e outras. Com mais de um milhão de habitantes, uma nova capital com arranhacéus e asfalto estava no lugar do verde das paisagens naturais. Assim se formou a nova Belo Horizonte, uma nova metrópole. A construção da nova capital significava ainda o rompimento com todos os vestígios do passado colonial, provocando a destruição, de forma autoritária, do Arraial do Curral Del Rei, expulsando seus moradores para as zonas



suburbana e rural, locais desordenados onde concentravam-se os pequenos agricultores e desocupados. Portanto, o modelo imposto pelo planejamento urbano da cidade foi um modelo excludente, que segregaram as classes populares para os bairros da periferia, concentrando os funcionários do governo na área central. Ao lado da cidade oficial foi formada uma outra cidade - a cidade dos operários, das prostitutas e dos desclassificados - explicitando os conflitos vividos por seus habitantes, que não tinham possibilidade de desfrutar as promessas da civilização, do progresso e da modernidade.



4. O CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA – GRANDES EQUIPAMENTOS

Toda cidade, ao longo de sua existência, vai construindo a sua identidade e suas imagens com base em seus papéis econômicos, sociais, políticos, culturais e em suas paisagens naturais e históricas. Neste processo, a ocupação do território, os elementos de desenho urbano e arquitetônico ganham importância para a conformação da identidade, contribuindo para a composição das referências simbólicas de uma cidade.

Neste sentido, o inventário realizado pela DIPC/FMC, com objetivo de promover a proteção do Conjunto Urbano Avenida Barbacena-Grandes Equipamentos foi realizado com base em vasto levantamento histórico, sociológico, arquitetônico e urbanístico, sobre o processo de ocupação dos bairros Barro Preto e Santo Agostinho, que compõem o perímetro do referido Conjunto Urbano. Sabe-se que a ocupação das referidas áreas em estudo ocorreu em momentos distintos, sendo a porção localizada no Bairro Barro Preto a de ocupação mais antiga, que se estende dos quarteirões lindeiros à Avenida Augusto de Lima até a Avenida do Contorno, onde faz limite com o Bairro Santo Agostinho, de ocupação posterior, com destaque para o trecho da Avenida Barbacena e Avenida Amazonas.

As pesquisas realizadas levaram ao mapeamento de agrupamentos de construções e espaços nos quais foi possível o reconhecimento de elementos, valores estéticos, arquitetônicos e sócio-culturais que atribuem às áreas específicas do conjunto urbano, definidas como pedaços, expressivo grau de representatividade espacial e simbólica. Para a conformação do perímetro do referido Conjunto Urbano levou-se em consideração a existência de elementos polarizadores, a saber, a Avenida Barbacena, Avenida Amazonas e parte da Avenida do Contorno e Avenida Augusto de Lima, onde se localizam os grandes equipamentos. Estes eixos apresentam importância dentro do Conjunto Urbano por seus valores histórico/urbanísticos que, ao longo do tempo, foram incorporados ao imaginário coletivo, à configuração da cena urbana e ao cotidiano de seus moradores, transformando-se assim em referências para os habitantes da cidade.

Com efeito, a proteção deste Conjunto Urbano tem nos bairros e nos eixos das avenidas acima citadas seu principal foco de conformação histórica da cena urbana de Belo Horizonte. O bem cultural ora analisado insere-se no pedaço Grandes equipamentos.



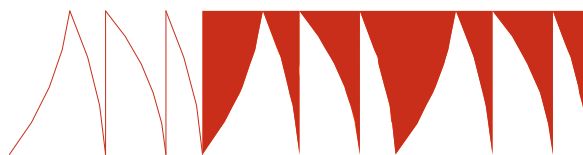
4.1. OS GRANDES EQUIPAMENTOS

A Avenida Augusto de Lima se tornou um eixo referencial que separa a porção comercial do Barro Preto de outra área localizada entre as Avenidas Augusto de Lima e Amazonas. Nesta região, além de um conjunto de edificações residenciais de melhor padrão construtivo e ocupadas por famílias de maior renda, consolidaram-se várias atividades voltadas para a prestação de serviço, fato ocorrido em função dos grandes equipamentos públicos e privados que nela foram edificadas. A Avenida Augusto de Lima tornou-se, assim, uma divisão física entre duas porções bastante distintas do Barro Preto, com significativas disparidades sociais: ao norte, uma porção caracterizada pelo comércio atacadista de moda, por habitantes de menor renda e por um trânsito intenso de pedestres e veículos, constituindo como uma extensão do centro comercial da cidade; ao sul, uma região que ainda guarda características residenciais, não obstante a forte presença de grandes equipamentos e de serviços que gravitam em torno destes.

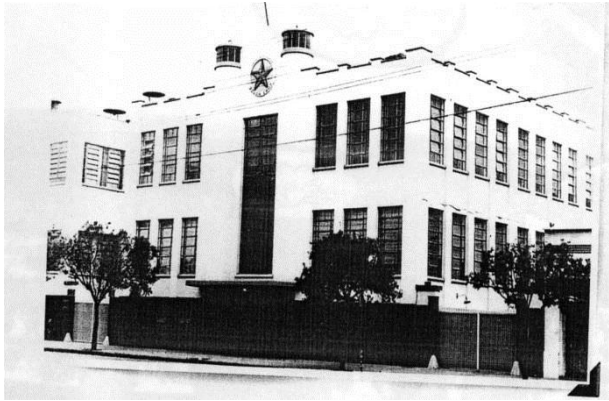
A porção sul do Barro Preto conforma parte do perímetro de proteção do Conjunto Urbano em questão, cuja área convencionamos chamar de Grandes Equipamentos. Não por acaso, este pedaço destaca-se no cenário urbanístico da cidade como marco de pontos e edificações referenciais para a capital, pela monumentalidade física e/ou arquitetônica de seus prédios com elementos do Eclético, Art déco e, em alguns casos, Moderno.

Com efeito, a preservação desses grandes exemplares arquitetônicos indicados como bens culturais a serem protegidos por tombamento, além de propiciar um registro histórico desta área da cidade, contribuirá também para manter uma salutar heterogeneidade do espaço, tanto em termos volumétricos, quanto ambientais e de usos.

Assim, encontram-se indicados para proteção os seguintes equipamentos referenciais deste pedaço: a Igreja de São Sebastião, uma das primeiras da cidade, com obras iniciadas no ano de 1926 e conclusão no ano de 1953; a Antiga Fábrica de Cigarros da Cia Souza Cruz, prédio de estilo art déco inaugurado em 1937, o 12º Batalhão de Infantaria do Exército, conjunto arquitetônico, formado por quatro quarteirões que foram cedidos ao Governo Federal para construção do quartel do exército em Belo Horizonte, a Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais/ESP-MG, prédio edificado a partir de 1954 e inaugurado em 1959, adotando estilo protomoderno, Hospital Felício Rocho. o Hospital em estilo Art Déco foi inaugurado no ano de 1952, o Conjunto Arquitetônico do Colégio Nossa Senhora do Monte Calvário, o prédio do Colégio e a Capela levam assinatura do arquiteto italiano Romeo de Paoli, e foram construídos no ano de 1939 em estilo Art Déco. A Maternidade Odete Valadares, com



construção iniciada no ano de 1944 e inaugurada no ano de 1955, também em estilo Art Déco. O Colégio PIO XVII, em estilo protomoderno, com obras iniciadas efetivamente no ano de 1940 e foi idealizado pela superiora da Inspetoria de São Paulo, Madre Carolina Mioletti, a Sede da Antiga Delegacia Especializada de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos, desenvolvida em dois pavimentos e com fachada eclética, a edificação foi construída no ano de 1929 pelo Estado para servir de sede à Cadeia Pública do Estado de Minas Gerais, o Hospital Vera Cruz, o projeto arquitetônico em estilo Art Déco, foi elaborado pelo arquiteto italiano Raffaello Berti e sua inauguração se deu no ano de 1949, o Hospital Universitário São José, construído em estilo Art Déco, a Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte, fundada por iniciativa do presbítero Francisco Martins, em meados da década de 1940, A edificação do templo em estilo moderno foi revestida em confete de pastilhas cerâmicas e ornada com tijolos de vidro e cobogó de louça bem ao gosto da época, o Centro Espírita Redentor, com projeto arquitetônico do templo sede aprovado pela Prefeitura Municipal no ano de 1927, sendo o construtor responsável pelas obras o Sr. Hilarino B. Malta, e sua edificação foi inaugurada no ano de 1931, a Escola Estadual Caetano de Azeredo, denominada, inicialmente, de Grupo Escolar Professor Caetano Azeredo esta foi criada pelo Decreto Lei nº 9.649 de 28 de agosto de 1930, na época da “Reforma Francisco Campos”, e foi inaugurado em 04 de setembro de 1930, a Escola Estadual Francisco Sales, denominada, inicialmente, Grupo Escolar Francisco Sales, esta escola foi o 4º Grupo Escolar da Nova Capital. Seu funcionamento foi iniciado na década de 1920, a Escola Estadual Pestalozzi, a escola foi criada pelo Decreto nº 11908 de 05 de abril de 1935 e autorizada a funcionar na data de 06 de abril de 1935, para ministrar o Ensino Especial (1ª a 4ª série). O prédio que abriga o instituto foi inaugurado em 1965. O Conjunto Arquitetônico do Colégio Santo Agostinho, fundado em Belo Horizonte pelos padres agostinianos no ano de 1934, tem projeto do prédio sede do colégio, em estilo Art Déco, desenvolvido pelo arquiteto italiano Romeu de Paoli. O Colégio Municipal Marconi, em estilo Art Déco foi fundado no ano de 1936 pela Sociedade Casa d'Itália, tendo sido originalmente denominado Instituto Italiano Guglielmo Marconi. Seu projeto arquitetônico foi concebido pelo arquiteto Raffaello Berti, tendo sido sua construção iniciada em 1938 e concluída em 1941, e a Escola Estadual Instituto São Rafael, O prédio mais antigo que compõe o conjunto das edificações foi erguido pela Comissão Construtora da Nova Capital entre 1894 e 1895, para abrigar a Hospedaria dos Imigrantes. Já as demais edificações foram sendo construídas em etapas, tendo o complexo arquitetônico sido concluído no ano de 1926.



Vista parcial da fachada da antiga Cia. de Cigarros Souza Cruz. Data: 1937. Fonte: [acervo](#) do Jornal Estado de Minas



Vista atual da fachada da antiga Cia. de Cigarros Souza Cruz. Data: out./2009. Fonte: DIPC/FMC.



Fachada frontal do prédio-sede do 12º Batalhão de Infantaria do Exército. Data: década de 1920. Fonte: Acervo do 12º BI – consultado em mar./2006.



Fachada frontal do prédio-sede do 12º Batalhão de Infantaria do Exército. Data: década de 1990. Fonte: Acervo do 12º BI – consultado em mar./2006.



Detalhe da fachada frontal da ESP-MG. Data / Fonte: <http://www.esp.mg.gov.br> – consultada em nov./2009



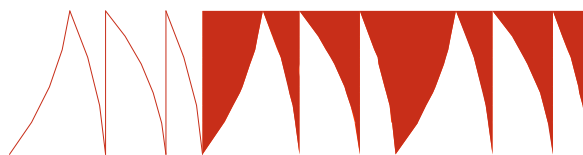
Perspectiva do projeto arquitetônico do prédio do Hospital Felício Roxo. Data: década de 1930. Fonte: www.ajs.com.br – Consultado em nov./2009.



Vista geral do prédio do Colégio Nossa Senhora do Monte Calvário. Fonte: <http://www.colegiomontecalvario.com.br> – consultada em nov./2009



Vista geral do prédio da Maternidade Odete Valadares. Data: década de 1990. Fonte: DPCA/FMC



Vista da fachada frontal do Colégio Pio XII, a partir da Av. do Contorno. Data: década de 1960. Fonte: RD/DIPC/FMC



Vista da fachada frontal do Colégio Pio XII, onde a pintura destaca a entrada principal. Data: 1992. Fonte: RD/DIPC/FMC



Sede da Antiga Delegacia Especializada em Repressão a Furtos e Roubos de Veículos
Demonstração dos elementos que compõem a regularidade de cheios e vazios da fachada frontal, com destaque para a sacada central projetada para frente. Data: Dez./2005. Fonte: RD/DPCA/FMC.



Vista geral do prédio do hospital Vera Cruz.
Data: nov./2009. Fonte: DPCA/FMC



Vista geral do prédio do hospital HUSJ.
Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC



Vista da fachada frontal do templo da Segunda Igreja Presbiteriana de Belo Horizonte. Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC



Vista da fachada frontal do templo Centro Espírita Cristo Redentor Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC



Vista da fachada frontal da Escola Estadual Professor Caetano Azeredo. Data: out./2009. Fonte: DPCA/FMC



Vista da fachada frontal da Escola Estadual Francisco Sales Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC



À esquerda, Vista da fachada do Instituto Estadual Pestalozzi Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC. À direita, Vista da fachada do Colégio Santo Agostinho. Data: out./2009. Fonte: DPCA /FMC.



Vista geral da fachada frontal do Instituto São Rafael. Data: 1998. Fonte: RD/DIPC/FMC



5. CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA DO BEM CULTURAL⁸

Na década de 1940 o Estado de Minas Gerais passou por um movimento de reforma dos serviços de saúde pública. Em abril de 1946, a Diretoria de Saúde Pública foi desmembrada da Secretaria de Educação e Saúde Pública, criando o Departamento Estadual de Saúde, quando ocorreu a Reforma Alvino de Paula, que deu início a uma nova forma de atenção em saúde pública no Estado de Minas Gerais.

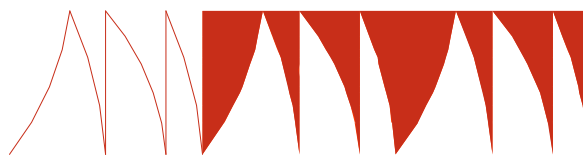
“O Departamento Estadual de Saúde orientava-se para a organização dos serviços de assistência médico-social, visando ao atendimento dos doentes, e incorporou entre seus objetivos a formação e o aperfeiçoamento de técnicos sanitários (MACHADO,1990).”

(ESP-MG: *Tradição em inovar: 68 anos de História/ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*; Harrison Miranda (org.); Leandro Heringer (org); Ricardo Caiafa (org.).- Belo Horizonte:ESP-MG, 2014)

Atendendo aos pressupostos higienistas, a Reforma Alvino de Paula estabeleceu como requisito básico para a contratação de médicos sanitaristas a conclusão do curso de Saúde Pública. Houve, então, investimento nos cursos de especialização profissional na área de saúde pública que tinham como referência os cursos desenvolvidos pelo Instituto Oswaldo Cruz no Rio de Janeiro, pelo Instituto de Higiene de São Paulo e, internacionalmente, pela Fundação Rockefeller. Neste contexto, foi criada por meio do Decreto nº 1.751, de 03 de junho de 1946, a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais para qualificação profissional para a carreira sanitária. Em 1947, começaram as atividades da Escola de Saúde Pública com o curso de Malária, iniciado em fevereiro, e em março o primeiro curso de Saúde Pública. Nos anos iniciais como a Escola de Saúde pública não possuía sede própria os cursos foram ministrados no Instituto Ezequiel Dias, na Faculdade de Medicina e na Santa Casa.

Datam de fevereiro e março de 1953 as pranchas do projeto original aprovado pela prefeitura com desenho assinado por José Porto Nunes e a inscrição “M.E.S. – D.N.S. Divisão de Organização Sanitária/ Seção de Engenharia Sanitária”. Teve como construtor Lúcio Fonseca de Castro, conforme registrado na placa de inauguração da edificação.

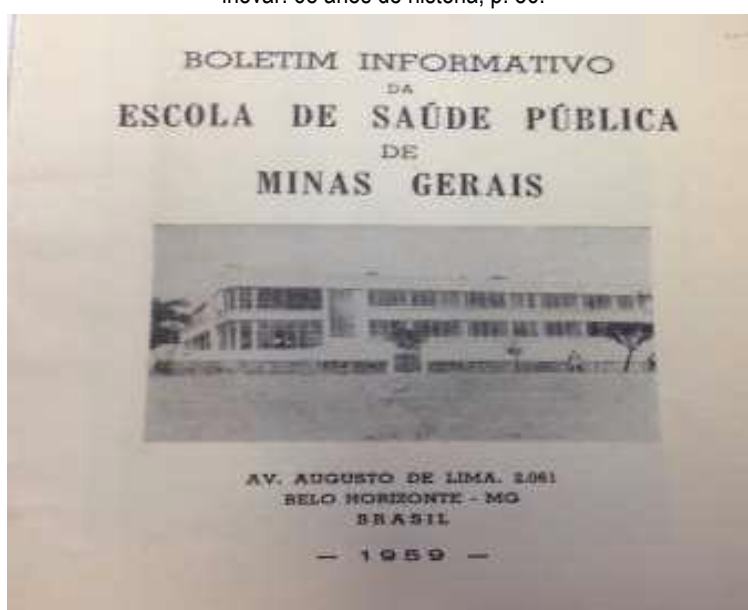
⁸ O texto apresentado na Contextualização Histórica do Bem Cultural foi elaborado a partir da publicação *ESP-MG: Tradição em inovar: 68 anos de História/ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*; Harrison Miranda (org.); Leandro Heringer (org); Ricardo Caiafa (org.).- Belo Horizonte:ESP-MG, 2014. Também foram utilizados banner e folder de 2006 sobre a reforma e modernização da ESP-MG iniciada em 2005, a publicação *INFORMESP nº 03/2020 Boletim Especial de 74 Anos* e o *Relatório de Gestão 2020/2021*, fontes fornecidas à DPCA pela Escola de Saúde Pública a partir de vistoria realizada dia 06/06/2022, quando também foi realizado levantamento fotográfico da edificação.



Desta forma, em 1954, sendo o Governador do Estado de Minas Gerais Juscelino Kubitchek e com apoio do Ministério da Saúde, iniciou-se a construção da sede própria da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, inaugurada em 1959 durante a gestão estadual de José Francisco Bias Fortes. A nova sede possuía laboratórios de Bacteriologia, Parasitologia e Nutrição, biblioteca especializada e auditório. Integrava também a Escola o Centro de Saúde Oswaldo Cruz onde os alunos da Escola poderiam ter um local para a prática, o Centro de Saúde funcionava pelo convênio do Serviço Especial de Saúde Pública.



Placa inaugural da conclusão da sede da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, 1959. Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história, p. 86.



Publicação da ESP em 1959 (prédio recém-inaugurado), com a entrada pela Av. Augusto de Lima. Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história, p. 118.



Ainda sobre contexto da saúde pública no qual a Escola foi criada é importante mencionar que durante as primeiras décadas a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais formou profissionais em diversas áreas como Nutrição, Imunização, Administração Hospitalar, Leprologia, Hanseníase, Malariologia, Saneamento, Controle de Doenças Transmissíveis, entre outros, formação esta que se vincula a um contexto de exigência de qualificação profissional para o ingresso na carreira pública. Além disso, estas ações educacionais relacionadas às doenças infecciosas tiveram relação com o movimento iniciado no final dos anos 1930 e 1940 referente ao *sanitarismo de campanha*, a partir daí a educação sanitária tornou-se fundamental para a formação de uma consciência sanitária da população.

Outro elemento que caracteriza a atuação da Escola de Saúde Pública são as mudanças nos enfoques dos cursos e das matrizes curriculares de acordo com a demanda e necessidade de cada época, como ao final dos anos 1940 e na década de 1950 que os currículos enfatizavam a Epidemiologia, Parasitologia, Bacteriologia etc. Data de 1952 o curso de Visitadoras Sanitárias, estas profissionais tinham como missão “*educar e orientar as coletividades, quer na formação dos hábitos de higiene, quer como elementos ligação entre o público e a unidade sanitária (MINAS GERAIS, 1959, p.21)*”. O curso de Visitadora Sanitária, tinha a duração de dez meses em tempo integral e foi ofertado pela Escola de Saúde Pública entre 1952 e 1960.



Visitadora Sanitária. Fotografia retirada do livro *ESP-MG: Tradição em inovar: 68 anos de História/ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*; Harrison Miranda (org.); Leandro Heringer (org); Ricardo Caiafa (org.).- Belo Horizonte:ESP-MG, 2014.



Na década de 1960 tem-se a inserção das disciplinas de Tisiologia, Leprologia, Venereologia e Higiene Materno-infantil. Ainda na década de 1960 teve entrada para os cursos de Saúde Pública os dentistas e, em seguida, os veterinários. Também o curso de Coordenador Escolar Sanitário, originalmente com o nome Supervisor Sanitário, foi ofertado no período de 1962 a 1968 e envolveu 606 professores da Secretaria Estadual de Educação, essa formação ocorreu na mesma época em Minas Gerais e em São Paulo.



Cozinha de Dietética nos anos 60.



Laboratório do Curso de Bacteriologia na Escola de Saúde Pública nos anos 60.

Imagens dos cursos de Cozinha Dietética e do curso de Bacteriologia na Escola de Saúde Pública nos anos 1960.

“ESP-MG: Tradição em inovar: 68 anos de História/ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais; Harrison Miranda (org.); Leandro Heringer (org.); Ricardo Caiafa (org.).- Belo Horizonte:ESP-MG, 2014.”

Já nos anos 1970 foram incluídos ao currículo disciplinas como Demografia, Planejamento Urbano e Políticas de Saúde, Sistema de Saúde no Brasil, Saúde Comparada, Organização de Sistemas de Saúde, Saúde e Segurança no Trabalho entre outras que passaram a fazer parte da grade curricular. Dessa forma, entre 1973 e 1984 formaram 447 Auxiliares de Enfermagem, de 1975 a 1980 formaram 420 Supervisores de Segurança do Trabalho e entre 1974 e 1980, 371 especialistas em Medicina do Trabalho. Esse processo formativo se deu em função da Portaria do Ministério do Trabalho nº3.237, de 27 de julho de 1972, que instituiu a obrigatoriedade dos Serviços Especializados em Segurança e Saúde no Trabalho (SESMT). A partir da criação da Fundação Ezequiel Dias (FUNED), a Escola de Saúde Pública se tornou uma das diretorias da FUNED autorizada, em 1977, a ofertar cursos de habilitação e qualificação profissional na área da saúde correspondentes aos cursos técnicos e de auxiliares.

A década de 1980 foi marcada por mudanças nos cursos de Especialização em Saúde Pública devido à criação da rede de serviços básicos de saúde com cobertura universal e sob responsabilidade do



setor público. Outro norteador das ações da ESP-MG neste período foi a Reforma Sanitária, a promulgação da Constituição Federal de 1988 e a criação do SUS, regulamentado em 1990.

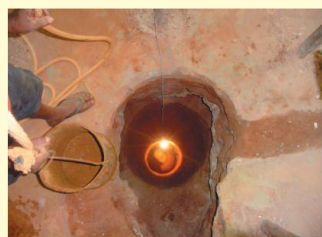
Dentro desse contexto, a ESP-MG participou ativamente, da Reforma Psiquiátrica, oferecendo cursos de Especialização em Saúde Mental ao longo dos anos 1990 até, aproximadamente 2013, envolvendo médicos, enfermeiros profissionais de centro de referência em saúde mental, agentes comunitários de saúde, supervisores clínico-institucionais da rede de saúde mental, gestores, além lideranças de acampamentos e assentamentos da reforma agrária e profissionais que atendem populações acampadas e assentadas.

Em 2007 a ESP-MG desvinculou-se da FUNED o que deu autonomia administrativa, orçamentária e financeira à escola. A especialização em Saúde Pública foi retomada em 2012 diante da reflexão do corpo docente da ESP-MG sobre a importância dessa formação para o Sistema Único de Saúde e foi organizada em módulos sobre Vigilância Epidemiológica, Sanitária, Saúde do Trabalhador e Ambiental, Planejamento e Gestão em Saúde, Redes de Atenção em Saúde, Questões Contemporâneas em Saúde Pública e Educação em Saúde.

Em dezembro de 2005 a Escola de Saúde Pública de Minas Gerais iniciou uma grande reforma na sua estrutura física, preservando suas fachadas externas, pintando-as de azul em referência à cor usada no símbolo do SUS, e reformulando toda a parte interna. Nesta reforma foram trocados os pisos, ampliados os banheiros, foi trocada toda a instalação elétrica e hidráulica, foram criadas três novas salas, o auditório foi ampliado, foi criado outro mini auditório, observando-se a questão da acessibilidade foi instalado um elevador, a biblioteca foi reestruturada e ampliada no primeiro pavimento a partir de uma obra que garantiu sustentação devido ao peso dos livros e maior espaço devido à ampliação interna aproveitando parte do espaço existente no pátio interno, as áreas de convivência internas foram tratadas e todo o mobiliário substituído.



DEPOIS DE 60 ANOS, A PRIMEIRA GRANDE REFORMA DA ESP/MG.



Banner sobre a reforma de 2005. Acervo ESP-MG.

REFORMA

Pelo primeiro vez, em 60 anos desde sua fundação, a ESPMG realizou uma ampla reforma, em 2005. A fachada histórica é preservada e ganha nova pintura; o azul é uma referência à cor do símbolo do SUS. As áreas amplas proporcionam um ambiente arejado e bem iluminado. São 3 novos salões com capacidade para 50 alunos cada. Os banheiros amplados permitem comodidade para cerca de 200 alunos por dia. Toda a planta foi renovada, além das novas salas e biblioteca modernas, garantindo segurança. O auditório "Cláudio Torres", em homenagem ao secretário de Estado da Saúde de Minas Gerais, por duas vezes, nos períodos de 1973 a 1978 e 1983 a 1998. Foi totalmente reformado: antes funcionava em uma pequena sala, hoje são 133 lugares, com cadeiras confortáveis e ambiente climatizado. E mais, a construção de um mini-auditório com capacidade para 60 pessoas.

A reforma da escola foi cuidadosamente planejada para atender às necessidades das portadoras de deficiência física, inclusive com a instalação de um elevador para facilitar o acesso às salas de aula. Espaço de convivência são uma novidade, permitindo o fortalecimento das relações interpessoais, valorização dos recursos humanos e o bem-estar dos alunos e professores. A Biblioteca da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais é a ESPMG uma conquista importante no campo da informação, pesquisa e proteção do conhecimento. Foi ampliado de 50 computadores para 140, além de mais 21 novas computadores doados pela Secretaria de Saúde de Minas Gerais. O laboratório de informática foi reformado e o número de computadores foi ampliado de 3 para 22 novas máquinas. O mobiliário da Escola foi todo substituído. E mais, moderno e funcional, adequando às atividades da Escola, de novas coletivas, mesas e armários também foram doados pela DES e tornaram o ambiente acolhedor e confortável.

O QUE AINDA SE PRETENDE FAZER

- Ser proativo na identificação, busca e atendimento das necessidades educacionais;
- Implementar 100 horas de ensino técnico, 100 de capacitação e 12 de pós-graduação;
- Gerar autonomia acadêmica, financeira e administrativa;
- Fortalecer a Política de Planejamento e Gestão;
- Inovar internamente na formação técnica e gerencial;
- Apoiar os mecanismos de tecnologia de informação.

Gráfico comparativo entre o número de alunos capacitados

EDUCAÇÃO EM SAÚDE: MINAS É REFERÊNCIA

No período de 2005/2006, o médio anual de alunos foi de 5.500, número superior ao de anos anteriores. A média dos últimos 50 anos, seja no formato antigo ou no atual, não ultrapassou os 4.000 alunos. Os cursos foram parte da formação de profissionais públicos da Secretaria de Saúde e do Governo do Estado de Minas Gerais, por meio da Secretaria de Saúde. Até agora foram capacitados 121 cursos, entre eles:

PASSADO

A Escola de Saúde Pública de Minas Gerais surgiu da necessidade de mudanças sanitárias, organizacionais e políticas, em 1946. A escola passou efetivamente a ser chamada como Instituto de Saúde Pública, responsabilidade do Estado, serviço público essencial e, sobre si, o órgão executor de políticas públicas próprias.

Ao longo de sua história, a ESPMG tem firmado o compromisso com a valorização dos diferentes sujeitos implicados no processo de promoção de saúde: usuários, trabalhadores e gestores, promovendo um espaço de discussão e profissionalização, no âmbito de manter a especialidade reflexiva e crítica dos profissionais de saúde. Para isso, vem trabalhando na execução da política de recursos humanos voltada para o Sistema Único de Saúde (SUS), na formação e educação continuada de nível médio e superior, com o objetivo de atender melhor aos usuários ao mesmo tempo em que aprimora a formação desses profissionais.

PRESENTE

• **Especialização em direito Sanitário**
O objetivo desta especialização é capacitar profissionais das Instituições Públicas, promovendo ampla informação sobre a doutrina, a legislação e a jurisprudência visando criar uma compreensão geral sobre as áreas de direito sanitário, facilitando, assim, a aplicação desses conhecimentos em sua atuação profissional. De forma específica, visa oferecer ao aluno conhecimentos jurídicos estatísticos e necessários às ações educativas e de fiscalização, além de conhecimentos acerca do direito e de saúde.

• **Gestores Municipais**
Como projeto a identificação e análise das ações e possíveis papéis dos gestores: político, administrativo, regulatório, organizacional e técnico, na gestão da saúde e na consolidação do SUS. O objetivo desta especialização, por meio de programas, cursos e minicursos, buscando a qualificação dos gestores, além de proporcionar uma visão de experiências, socialização e produção de conhecimento, utilizando metodologia interativa.

• **Conselheiro de Saúde**
O curso possibilita o contato das coordenadoras regionais de Conselhos de Saúde, formando por

ciência, usuários, trabalhadores e gestores. A importância da participação dos conselheiros de administração do SUS nos 603 municípios brasileiros. A diversidade cultural, econômica e social desses municípios é considerada nas experiências, permitindo tomadas de decisão de acordo com as demandas e necessidades locais.

• **Humanização**
O objetivo é capacitar o servidor da saúde para se tornar docente e multiplicador das ações pedagógicas da Política Nacional de Humanização do SUS que faz parte do eixo Humanização. A necessidade da formação de docentes para o Ministério da Saúde e das entidades, que emergem atualmente em torno do SUS no que diz respeito à qualidade das ações ligadas ao modelo de atenção ao usuário.

• **Gestamento em Assistência Farmacêutica**
O objetivo do curso é cumprir uma das diretrizes do Programa Farmácia de Minas, que estabelece o desenvolvimento do processo farmacêutico em todas as etapas do gerenciamento em Assistência Farmacêutica, nos níveis municipal e regional.

Folder sobre a reforma da ESP-MG iniciada em 2005. Acervo ESP-MG.



Entre os anos 2018 e março de 2020, foram realizados cursos para qualificação de profissionais do SUS. Devido à forma descentralizada com a qual estes cursos foram organizados, envolveu 805 municípios do Estado de Minas Gerais. As ações educacionais desenvolvidas neste período foram realizadas em três formas: Ações Presenciais e Descentralizadas, Ações Presenciais e Centralizadas (que aconteciam nas dependências da ESP-MG em Belo Horizonte) e Ações na modalidade EaD. Os cursos desenvolvidos na sede da ES-MG foram os seguintes: Curso SUS na Prática: Formação Inicial par o Gestor Municipal; Curso de Qualificação em Saúde para Trabalhadores do Sistema Prisional; Pós-Graduação Lato Sensu com Especialização em Saúde Pública, em Direito Sanitário, em Atenção aos Usuários de Drogas no SUS e em Comunicação e Saúde. A partir do primeiro semestre de 2020, a Escola de Saúde Pública desenvolveu cursos para o “enfrentamento” à Pandemia de Covid 19 destinados à 6 mil Agentes Comunitários de Saúde do Estado de Minas Gerais. Outras iniciativas também foram desenvolvidas em 2020, como os PODCASTS da ESP-MG, para informação e comunicação com o público apresentando temáticas da Saúde Coletiva e em especial para o enfrentamento à Pandemia de Covid 19, com temáticas como “Saúde Mental em Tempos de Pandemia” e “Meio Ambiente, Pandemias e Saúde Coletiva.

Outra frente de atuação da Escola de Saúde Pública que está presente desde a sua fundação, adaptando-se ao longo do tempo, e que pode ser observada na publicação “InformeESP nº03/2020” são as “Produções Técnico Científicas”, são atividades de pesquisa, publicação de artigos, apresentação de trabalhos em eventos científicos, desenvolvimento de material didático de apoio às ações educacionais, produção de livros e publicação da revista científica “Gerais: Revista de Saúde Pública do SUS/MG.

Os anos 2020 e 2021 foram marcados pelo enfrentamento à Pandemia de Covid 19 e, neste contexto, foram desenvolvidos cursos na modalidade EaD, ensino remoto com uso de ferramentas interativas, vídeo aulas, podcasts e webinários com conteúdos específicos voltados para a qualificação para o enfrentamento á Pandemia de Covid 19.



5.1. A ARQUITETURA ART DÉCO E RACIONAL CLÁSSICA EM BELO HORIZONTE⁹

O que genericamente denomina-se de art déco é constituído por manifestações de "modernidade" que ocorrem paralelamente à afirmação do modernismo na arquitetura. O racional clássico ou protomodernismo assinala uma transição para o modernismo. Para Segawa¹⁰ a diferença entre as tendências é apenas de carácter estético. As várias denominações como proracionalismo, protomoderno, racionalismo Perret, clássico racionalizado, monumental moderno atenderiam a convenções explicativas.

A partir de suas especificidades, tais manifestações incorporam as novas tecnologias da época (concreto armado, padronização, industrialização, verticalização) às técnicas tradicionais e artesanais e reúnem, ainda, a tradição clássico-acadêmica aos debates teóricos ligados aos movimentos de vanguarda (Le Corbusier, Bauhaus, neoplasticismo holandês e construtivismo soviético).

Alguns teóricos consideram o art déco como elo entre o ecletismo e o racional-funcionalista. Para outros, trata-se de "tendências modernas, por vezes concorrentes do Movimento Moderno, conformando uma reação e/ou alternativa mais conservadora que emergiu após os primeiros manifestos modernistas."¹¹

A tendência art déco originou-se em 1925, a partir da Exposição Internacional de Artes Decorativas e Industriais Modernas, realizada em Paris. Sua vocação era a de tornar-se o estilo da era industrial. Victor Dubugras, radicado em São Paulo no final do século XIX, é tido como precursor da racionalidade na arquitetura brasileira. De fato, é de sua autoria a estação ferroviária de Mairinque, no interior de São Paulo, de 1906, considerada a primeira obra racionalista do país.¹² Posteriormente, Dubugras passaria a adotar o neocolonial e outras tendências ecléticas em seus projetos.

O art déco caracteriza-se pelo emprego de volumes articulados quase sempre de maneira simétrica e pelo emprego, em contextos diferentes do original, do repertório de formas pertencentes aos estilos históricos e vernaculares, modificadas em versão estilizada e geometrizada. Apresenta, ainda, ligação com os movimentos futuristas e expressionistas.

⁹ Texto adaptado do dossiê de tombamento da edificação da Rua Tomaz Gonzaga, 388, Diretoria de Patrimônio Cultural, 2008.

¹⁰ SEGAWA, Hugo: Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo, Edusp, 1998. JENCKS, Charles. Movimentos Modernos em Arquitetura. São Paulo: Martins Fontes, 1985, p. 15.

¹¹ BLANCO, Giovanni Blanco e MALTA Campos Neto, Candido, Redescobrimo o Art déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense, www.vitruvius.com.br/arquitextos/janeiro2003.

¹² Para Nestor Goulart dos Reis, Victor Dubugras foi o "(...) precursor do movimento moderno na América Latina, em 1906, com a estação de Mairinque, quando Auguste Perret estava começando a fazer os primeiros projetos modernos em Paris. Ele fez coisas em concreto armado aqui na região de São Paulo, entre 1906 e 1912." GOULART, Nestor dos Reis Filho, entrevista publicada em Projeto design, edição 287, Janeiro de 2004.



Edifício Alcazar, projetado por Raffaello Berti em 1940/45, apresenta o caráter futurista do art déco.



Edifício Teodoro, projeto de Raffaello Berti de 1939, em estilo cubista.

O racionalismo clássico, uma manifestação vinculada ao art déco, é marcado pela monumentalidade e pela adoção dos princípios clássicos de simetria e proporção, sem a utilização dos elementos construtivos e decorativos clássicos. Em uma nova dinâmica espacial, as plantas apresentam simetria axial com acesso centralizado ou eventualmente valorizando as esquinas.

As fachadas são divididas em três partes: base, corpo e coroamento, este último quase sempre com artifícios que configuram um escalonamento. A composição é feita com linhas e planos verticais e horizontais fortemente definidos e contrastados por meio de articulações e escalonamentos. Adotam poucos ornamentos decorativos em forma estilizada, quase sempre em alto e baixo-relevo. As janelas frequentemente adotam desenho em motivos geometrizados por meio do uso de basculantes de ferro e vidro, assim como o modelo conhecido como janela ‘copacabana’.

O tratamento volumétrico caracteriza-se pela predominância de cheios sobre vazios e pela geometrização e simplificação dos volumes, resultando geralmente em varandas semi-embutidas e superfícies com formas ‘aerodinâmicas’, a exemplo da volumetria do edifício do Cine Brasil, no centro de Belo Horizonte.



Edifício Chagas Dória, na Rua Sapucaí, 571, construído por Alfredo Carneiro Santiago, entre 1932 e 1934. Nota-se a típica caracterização dos edifícios art déco em embasamento, corpo e coroamento. Destacam-se, ainda, os elementos volumétricos no corpo da construção, tais como os robustos consoles para as saliências verticais, as quais se elevam até o coroamento e dão um caráter futurista ao edifício.



O edifício Cine Brasil, projetado pelo escritório de Emílio Henrique Baungart, em 1930, e modificado em 1932 pelo arquiteto João de Almeida Ferber, apresenta a característica aerodinâmica do art déco.

Nos anos 1930, o art déco destaca-se como estilo adotado nas pequenas residências, mas nos anos seguintes caracterizará os edifícios maiores de Belo Horizonte, refletindo o processo acelerado de desenvolvimento pelo qual passava a capital mineira. A estética do déco e do racionalismo clássico permitiu uma articulação entre arquitetura, interiores e design para a confecção de artefatos, móveis e utensílios. Portanto, é significativo que as plantas apresentem maior complexidade, com definição de acesso por hall, circulação ou galeria e compartimentos de uso múltiplo. Em razão disto, o racionalismo clássico e o art déco viabilizaram os grandes edifícios comerciais e de escritórios, tornando-se estilos adotados nas primeiras edificações com programas complexos, a exemplo de hospitais, cinemas, colégios e edifícios verticalizados.

O termo art déco passou a ser utilizado apenas a partir dos anos 1960. Com efeito, nos anos 1930, o estilo é ainda chamado pó-de-pedra, em virtude dos revestimentos adotados nas fachadas com reboco pó-de-pedra, feito com o adicionamento de pó de mica na argamassa. ‘Caixa de fósforos’ ou também estilo “cúbico ou cubista” eram outras das denominações utilizadas para referir-se à tendência art déco. Tais denominações decorriam da volumetria formada pela justaposição e projeção de volumes



prismáticos, dispostos assimetricamente e com marquises planas, conformando o que Sylvio de Vasconcellos definia cubos arrumados e “cubos entrosados”¹³. As superfícies das fachadas não apresentam variação cromática e frequentemente recebiam a aplicação de motivos estilizados ou geométricos.



À direita: Centro de Chauffeurs, Rua Acre, 107, projeto de Ângelo Murgel, 1937. Possui volumes aerodinâmicos entremeados por elemento prismático em vidro. À esquerda: pequeno edifício na Rua Pouso Alegre, 331, de linhas singelas e volume principal aerodinâmico, no qual se encaixam os ‘cubos’ das varandas. Notar as tímidas janelas tipo ‘escotilha’ que caracterizam as edificações art déco de inspiração náutica.



Vista geral Santa Casa de Misericórdia Raffaello Berti, de 1941 Abaixo: detalhe das linhas de força marcando o coroamento da fachada principal.

Maior representante do racionalismo clássico na arquitetura de Belo Horizonte, o arquiteto e pintor italiano Raffaello Berti, formado em 1921 pela Real Academia de Belas-Artes de Carrara, Itália, chegou à cidade a convite do também arquiteto Luiz Signorelli. Aqui, estabelece-se definitivamente em 1929,

¹³ VASCONCELLOS, Sylvio de, Contribuição para o estudo da arquitetura civil em Minas Gerais – IV, Arquitetura e Engenharia, nº 5, 1947, p. 79-81



passando a trabalhar como sócio de Signorelli. São de sua autoria mais de 500 projetos, que incluem várias edificações de grande porte, referências marcantes na paisagem de Belo Horizonte. O hotel Itatiaia, projeto de Berti de 1951, na Rua da Bahia, é um típico exemplar do racionalismo clássico.

A edificação principal da Santa Casa de Misericórdia, de 1941, também de Berti, foi o primeiro hospital de porte do país, cuja implantação, orientação, circulações e espaços internos foram objetos de cuidadoso estudo. A fachada caracteriza-se pela composição com base corpo e coroamento. Os feixes em ressaltos no coroamento dão um caráter futurista ao prédio. As superfícies das fachadas são separadas por “feixes” de elementos verticais em ressaltos, os quais são comuns a muitos prédios do arquiteto e representariam o “*fascio*” fascista, vinculado às ideologias em voga na época.

No entanto, no cenário arquitetônico da primeira metade do século XX, caracterizado pelas mais variadas tendências arquitetônicas ecléticas, o art déco não representará uma solução com significativo grau de evolução e diferenciação em relação ao que se produzia.



Racionalismo clássico - Hotel Itatiaia Raffaello Berti, 1950.

Assim, o Movimento Moderno consolida-se após a transitoriedade e fugacidade das tendências déco. Segundo Segre, o art déco parece diante da solidez dos postulados do Movimento Moderno devido à sua “*carência de um conteúdo ideológico preciso e o fato de não enfrentar os problemas reais da configuração do ambiente material da sociedade*”¹⁴.

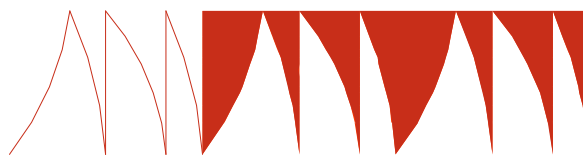
¹⁴ SEGRE, Roberto, op. cit, p. 110.



Prédio da Faculdade de Odontologia da UFMG. Fonte: Fundação Ezequiel Dias: Um século de promoção e proteção à saúde, p. 123.



Prédio da Faculdade de Farmácia da UFMG. Fonte: Fundação Ezequiel Dias: Um século de promoção e proteção à saúde, p. 123.



5.2. A EDIFICAÇÃO DA AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 2061

A cargo do construtor Lúcio Fonseca de Castro, o prédio da Escola Pública de Saúde de Minas Gerais foi concluído em 1959, tendo estado sob coordenação da Divisão de Organização Sanitária, Seção de Engenharia Sanitária do Departamento Nacional de Saúde do Ministério de Educação e Saúde. Trata-se de edifício compacto, com corpo horizontalizado, implantado em lote quadrado de esquina, com fachadas principais para a Avenida Augusto de Lima e Rua Uberaba. Possui características que remetem à linguagem art deco e racionalista. A composição caracteriza-se pelo contraste entre superfícies envidraçadas e as superfícies em alvenaria, destacando-se janelas em fita, e fachada livre típicas da arquitetura modernista que já se fazia notar em produções do período. Contudo, a forma maciça e curva do corpo da esquina e os panos de vidro das esquadrias superiores inclinados para frente remetem ao aerodinamismo da arquitetura naval que influenciou a produção art déco. Nesse sentido, podemos classificar a edificação como vinculada ao protomodernismo.

Conforme se infere pela análise das fotografias antigas disponíveis, o gradil foi provavelmente construído com solução diversa da projetada ou foi alterado em data próxima à da construção. O projeto previa gradil com embasamento escalonado em alvenaria de pedra aparente e trama de ferro vazada na parte superior. Atualmente é constituído por mureta baixa revestida em pedras de aparelho irregular com juntas salientes e parte lisa superior abrigando jardineira ao longo de todo o fechamento. Em data recente, a edificação foi objeto de reformas em sua parte interna, que substituíram grande parte dos pisos do hall e dos corredores, originalmente em granilite, por peças cerâmicas assim como dos pisos originais em tacos das salas por laminado, remanescendo o piso original nos consultórios e outros espaços abertos para a fachada lateral. Houve modificação de vãos e de esquadrias das fachadas internas, assim como substituição do piso do pátio interno por bloquetes de concreto. Na reentrância da fachada lateral perpendicular à Avenida Augusto de Lima foi construído volume muito impactante correspondente à caixa d'água, assim como coberturas em lona e instalados aparelhos de ar condicionado visíveis nas fachadas. Conforme descrição arquitetônica realizada pela equipe de arquitetos e historiadora que elaborou a pesquisa que subsidiou este dossiê¹⁵:

¹⁵ A descrição arquitetônica foi realizada pelos arquitetos e historiadora que realizaram a pesquisa para esse dossiê, composta pelos arquitetos Sérgio Fagundes, Carolina Cavalcanti, Júlio Fagundes e pela historiadora Glória Maria Okamoto.



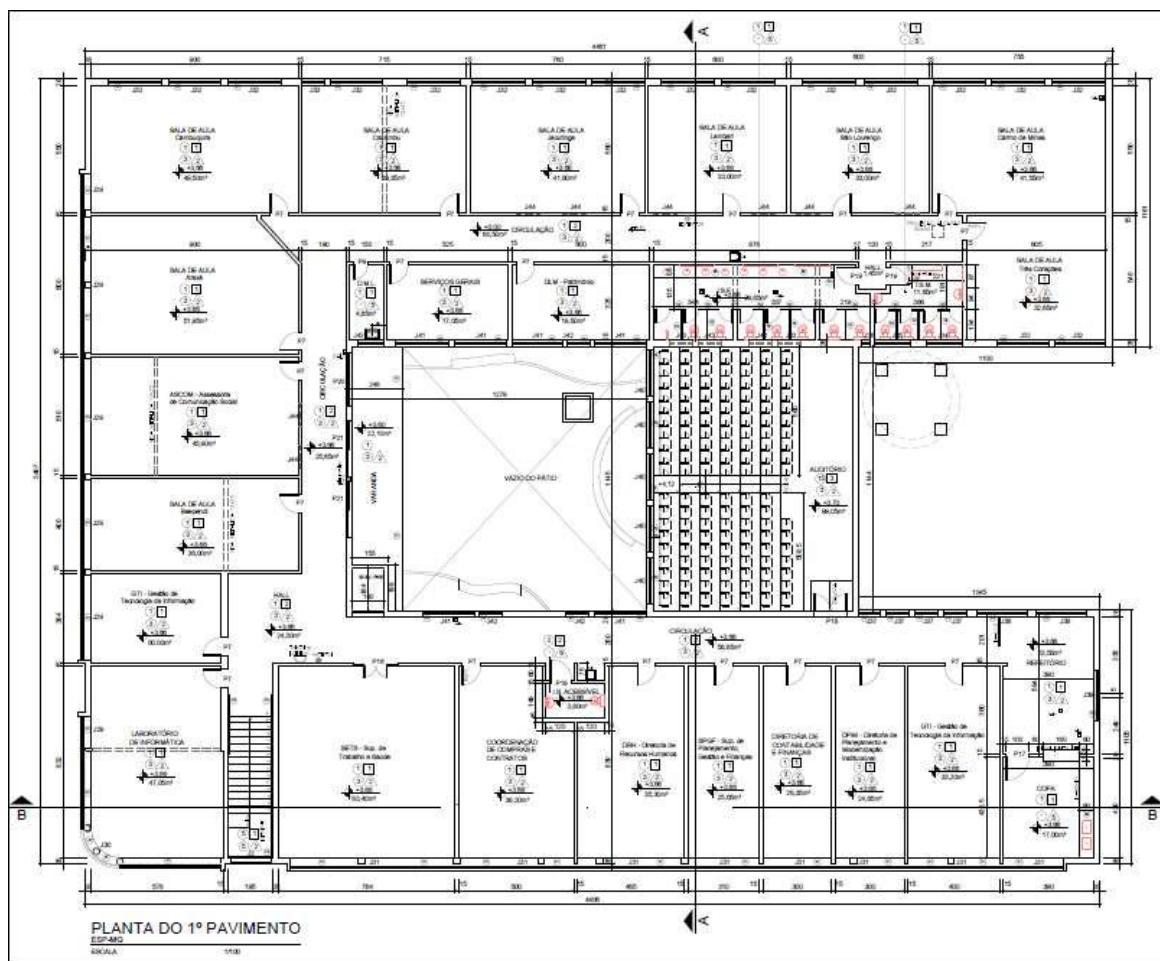
“A edificação, de dois pavimentos, possui estrutura de concreto armado e afastamento em todas as divisas. Possui a forma de um ‘H’ fechado em um dos lados. Está implantada num plano elevado em relação aos logradouros e os alinhamentos são vedados por muros arrimados de pedra e alvenaria. Apresenta as duas fachadas bem compartimentadas nos dois pavimentos, com vãos de portas e janelas metálicas (alumínio natural e parcialmente pintado de branco) contínuos, ocultando a estrutura de concreto armado. Os vãos são paginados por molduras ressaltadas e as alvenarias possuem acabamentos de reboco liso pintado (hoje em tom azul claro). São sistemas bem característico do período.

No encontro das duas fachadas, a arquitetura é tratada de forma curvilínea e inclinada para fora no pavimento superior. Nesta curva, o tratamento é feito com vãos rasgados de vidro fixo. O coroamento das fachadas, em todo o perímetro da edificação, é feito com platibanda, que oculta o telhado de telhas de fibrocimento, onde se destaca, no canto curvado das fachadas principais, uma espécie de “frontão”, mais alteado. O formato em “H” da edificação e os afastamentos, caracterizam a seguinte forma de ocupação do terreno: jardins nos recuos frontais dos dois logradouros; pátio central fechado pavimentado e com canteiros de jardins, e pátios lateral esquerdo e de fundos, mais elevado, que abrigam estacionamentos de veículos. No pátio lateral esquerdo, foi construída uma caixa d’água de concreto armado apoiada em estrutura de pilares e vigas do mesmo material, robusta e desarmoniosa com o estilo da edificação. O estacionamento posterior, cuja entrada se faz por portão na rua Uberaba, possui algumas espécies de árvores de grande porte e uma edícula utilizada no controle dos veículos. Um posto de saúde municipal ocupa o meio posterior do pavimento térreo, com entrada independente feita por portão na rua Uberaba. Construída com alvenarias de tijolo cerâmicos e lajes de concreto e tijolo pré-moldadas, a edificação possui acabamento muito simples: alvenarias e tetos lisos pintados em tons claros (verde nas alvenarias e branco nos tetos), pisos de cerâmica não originais, que substituíram o piso original de granilite, e esquadrias metálicas (de aço e alumínio) de correr e tipo basculantes e de madeira (somente as portas internas), em grande parte ainda originais. Reforma executada na década de 2000 alteraram alguns aspectos da edificação, como: redivisão de alguns compartimentos, com supressão e acréscimo de alvenarias, mudanças de pisos, esquadrias e reforma parcial dos sanitários. Alguns forros, como os do hall principal, biblioteca e corredores dos dois pavimentos foram rebaixados com gesso. Na biblioteca, situada no pavimento térreo, foram feitas alterações na estrutura para a abertura do espaço, com supressão de parte da estrutura de concreto armado e inserção de reforços de pilares metálicos. A casa apresenta a seguinte compartimentação interna, diferente do projeto

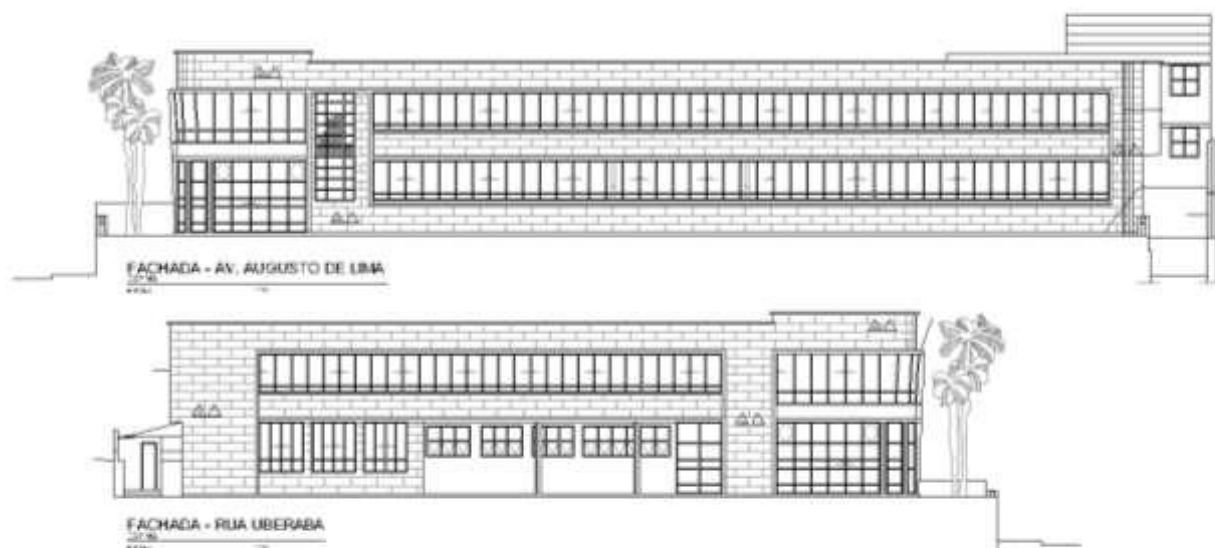


original elaborado: pavimento térreo – entrada feita por portão na rua Uberaba através de porta lateral voltada para um pequeno piloti, que acessa o hall principal da edificação.

Originalmente o acesso era feito pela fachada principal, através de portão aberto no muro frontal, com escada que acessava a porta principal voltada para o hall principal. Por este hall tem-se acesso à circulação interna que distribui o fluxo para todos os demais compartimentos deste pavimento pertencentes à esp. São constituídos da biblioteca, divisões administrativas, diretoria, sanitários, copa e almoxarifado. Pelo mesmo hall, através de escada original em 'L' semiaberta e com piso de mármore e guarda-corpo metálico, se tem acesso ao pavimento superior, através de um pequeno hall situado no final da escada. Por este hall tem-se acesso a duas circulações perpendiculares que acessam todos os demais compartimentos deste pavimento, constituídos de salas de aula, divisões administrativas, auditório, sanitários, serviços gerais, refeitório e cozinha. A edificação está parcialmente acessível, com rampas, elevador e sanitários. Porém, as instalações necessitam de ajustes e complementações para atender adequadamente as normas.”



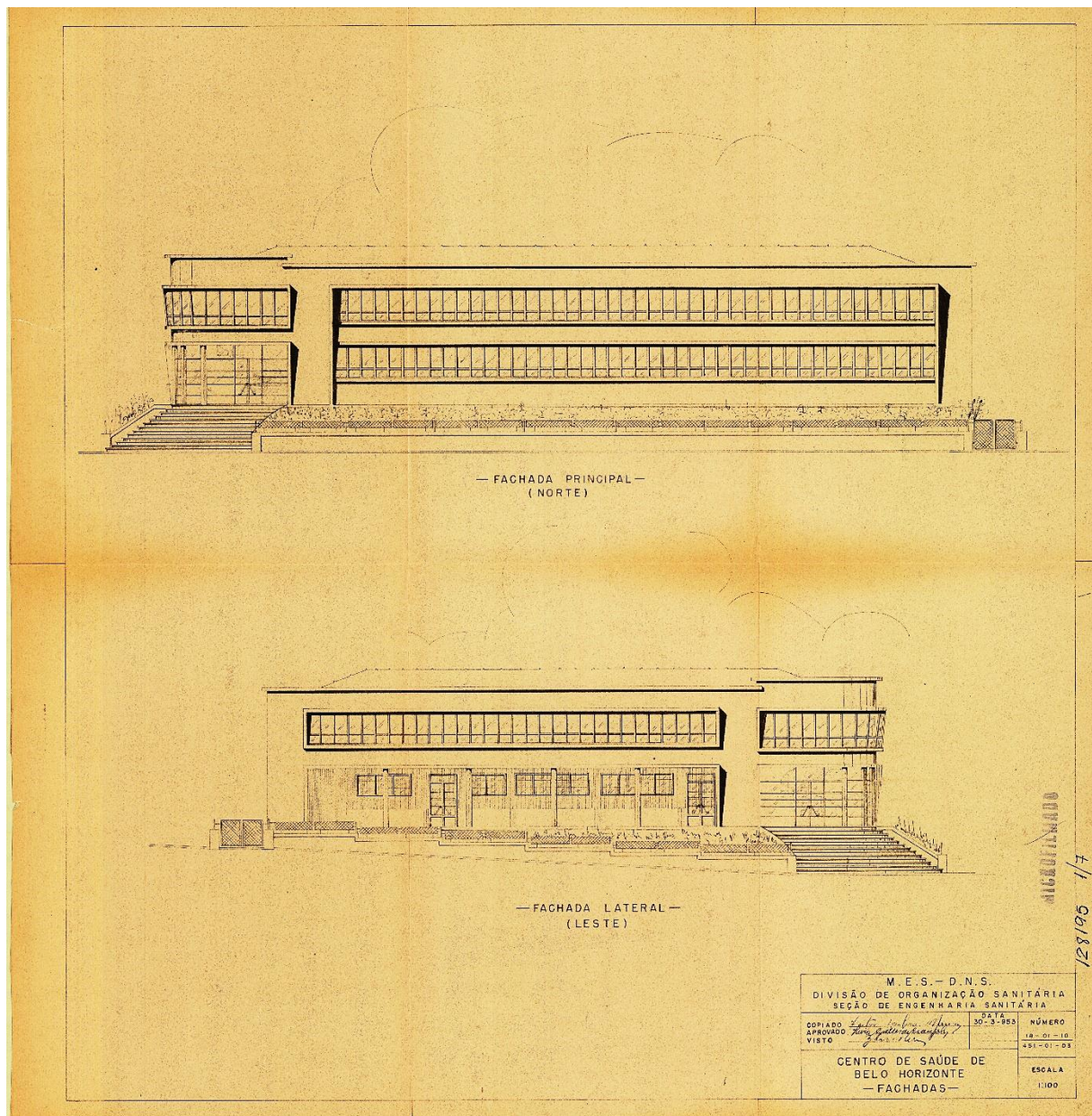
Planta atual do primeiro pavimento da Escola de Saúde Pública. Fonte: Fagundes Arquitetura



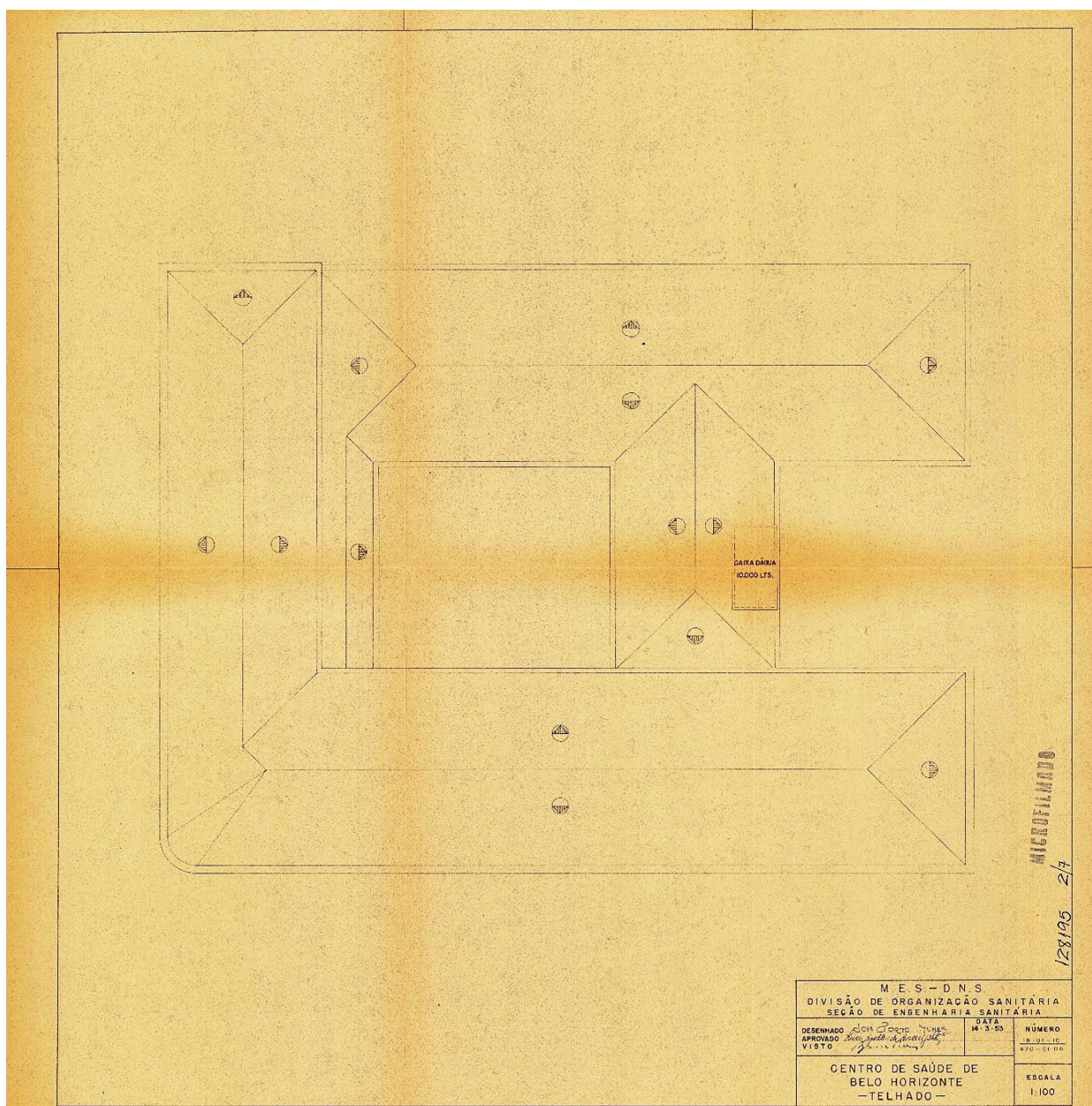
Fachadas atuais da Escola de Saúde Pública. Fonte: Fagundes Arquitetura



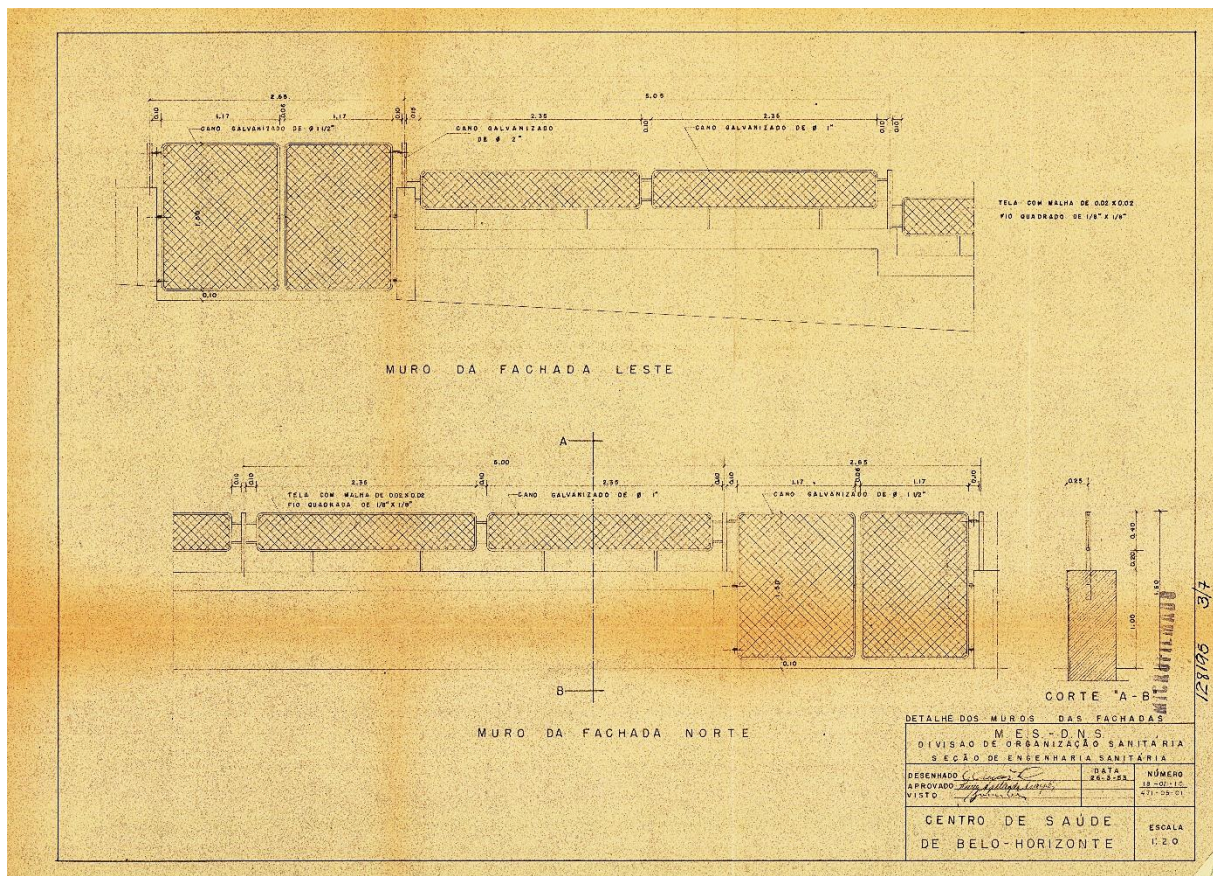
6. DOCUMENTOS DE PROJETO



Projeto original - 1953, folha 1/7. Fonte: APCBH.

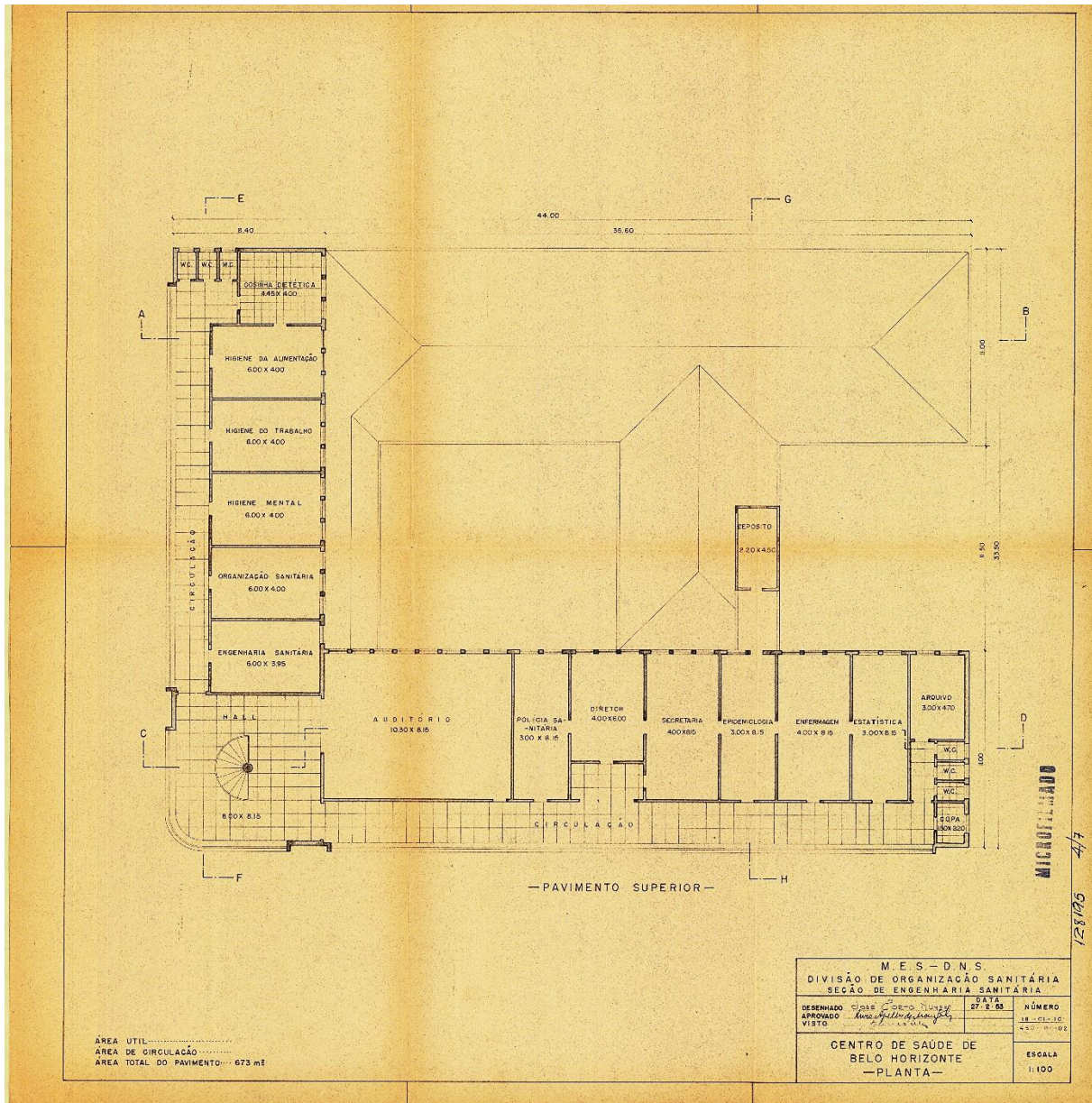


Projeto original - 1953, folha 2/7. Fonte: APCBH.



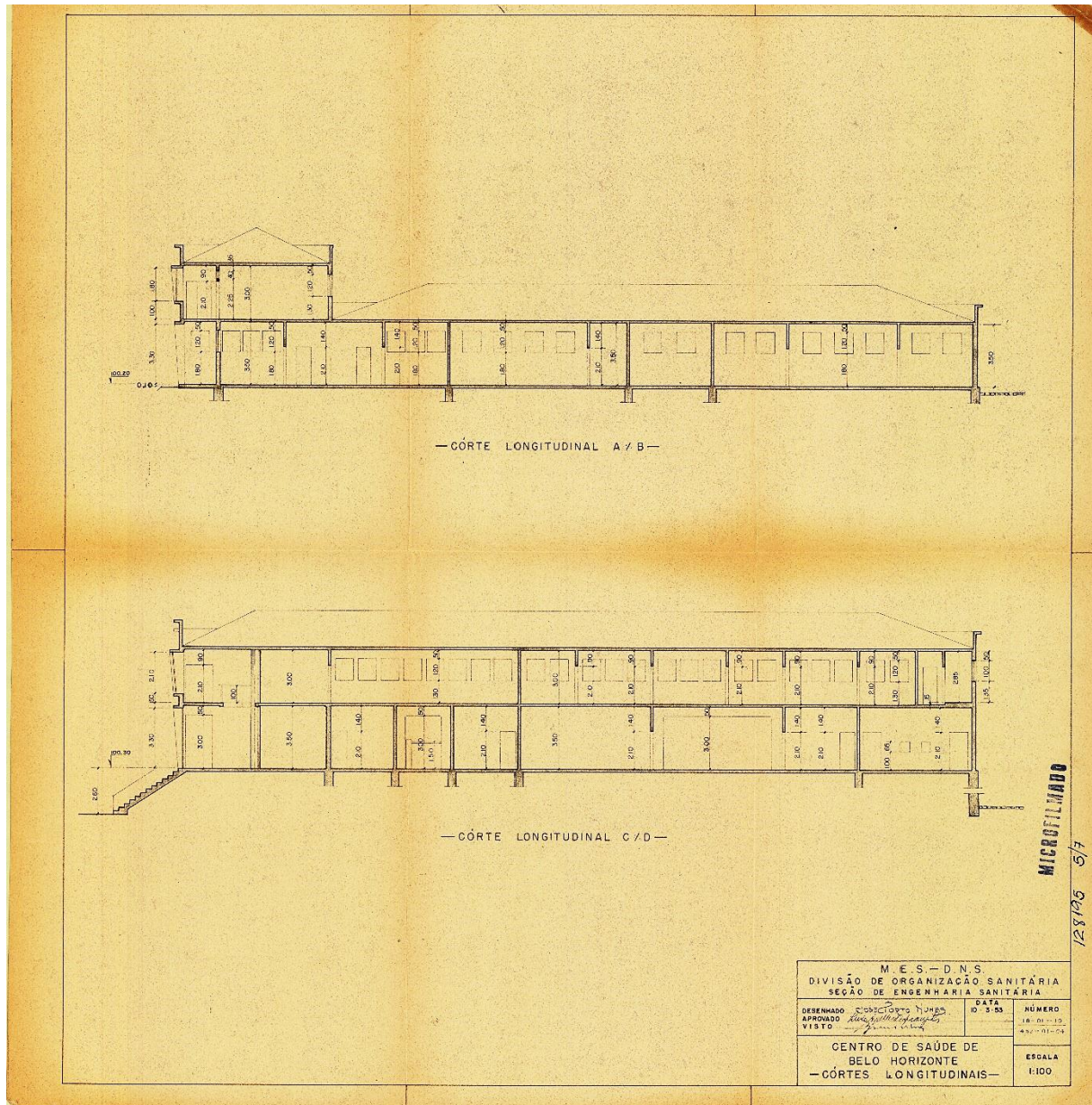
Projeto original - 1953, folha 3/7. Fonte: APCBH.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 2061
CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA
E GRANDES EQUIPAMENTOS



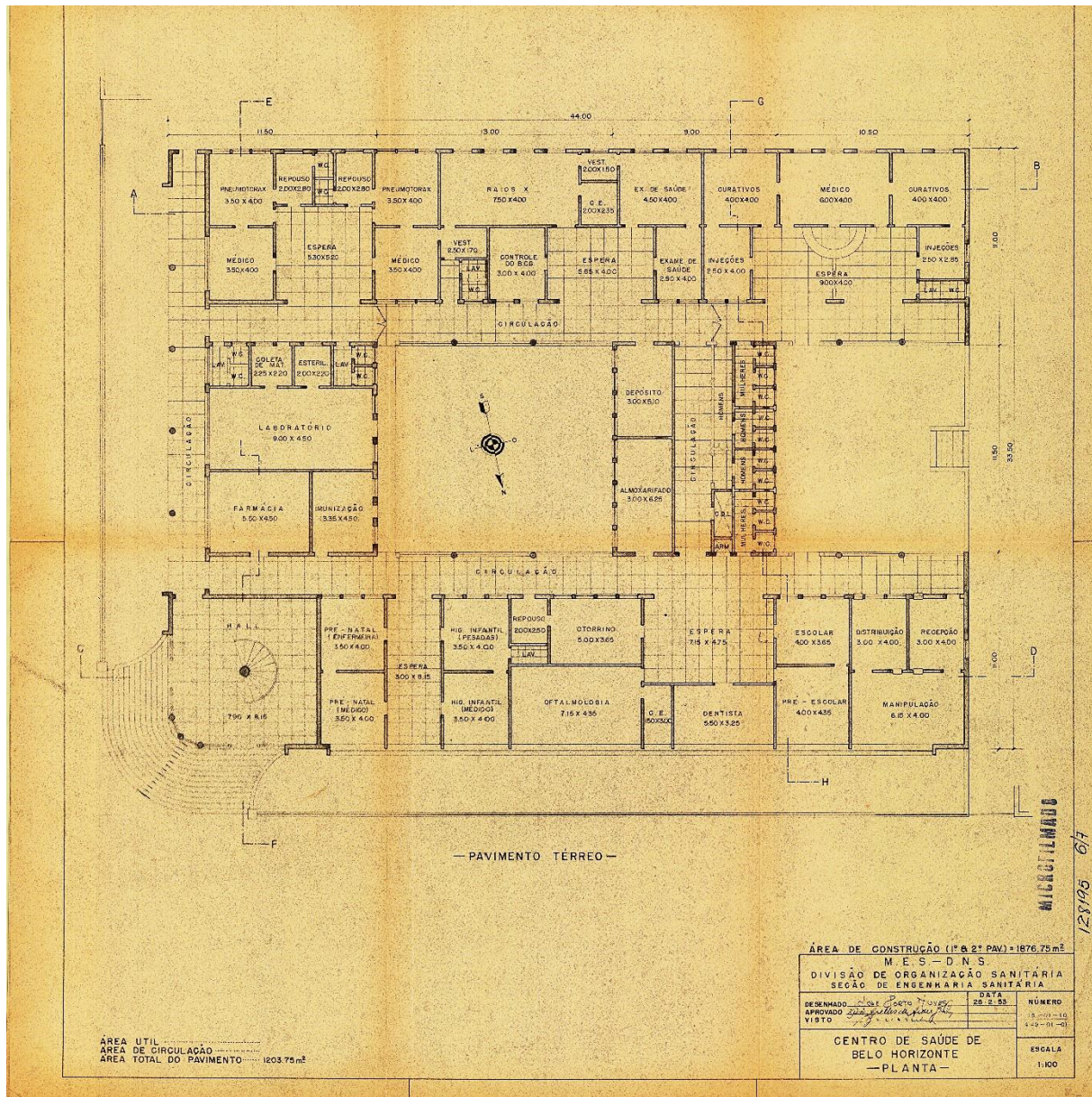
Projeto original - 1953, folha 4/7. Fonte: APCBH.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 2061
CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA
E GRANDES EQUIPAMENTOS



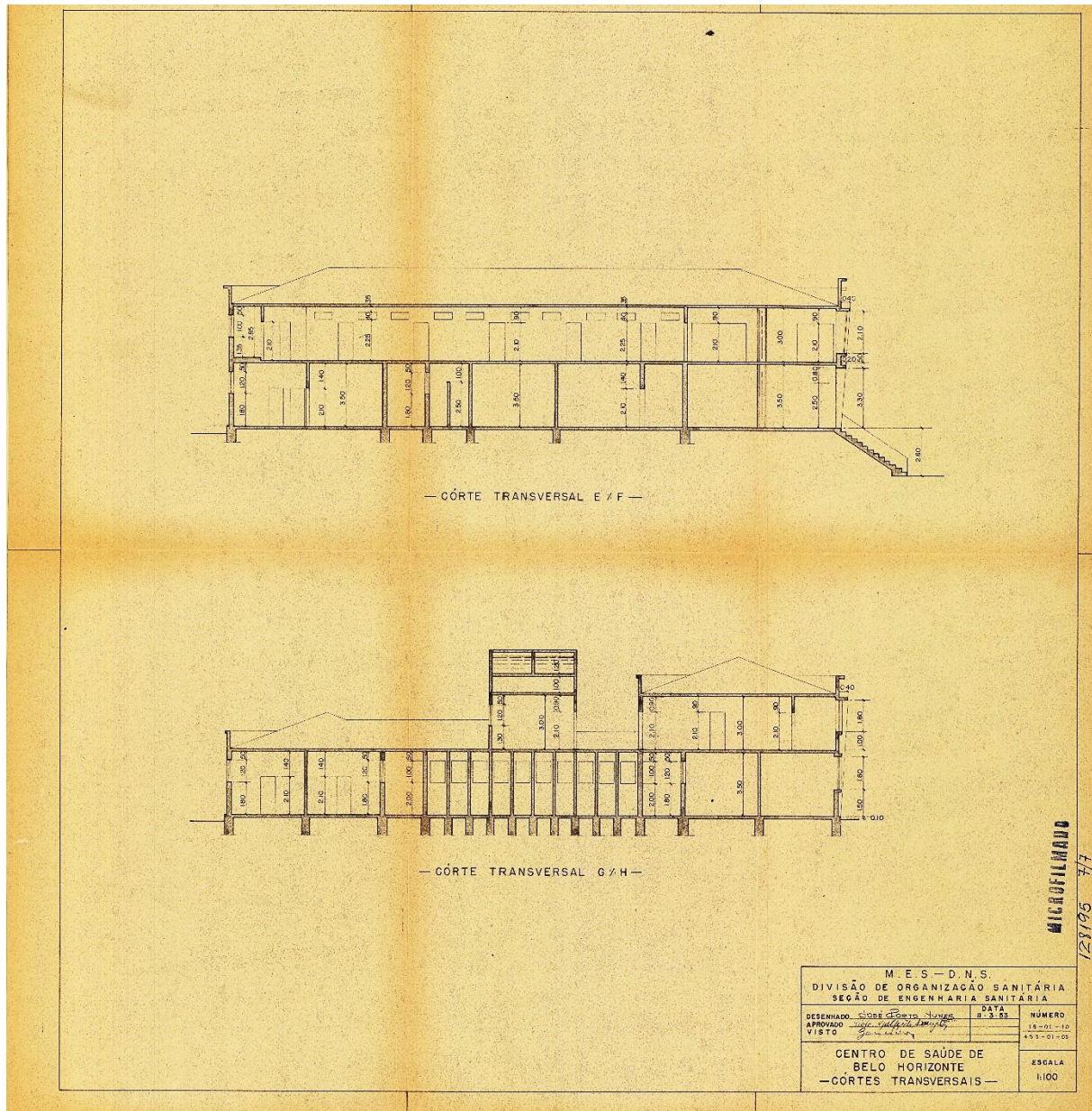
Projeto original - 1953, folha 5/7. Fonte: APCBH.

DOSSIÊ DE TOMBAMENTO AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 2061
CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA
E GRANDES EQUIPAMENTOS

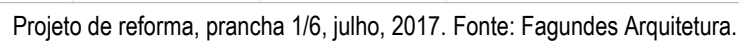


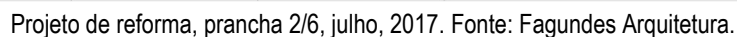
Projeto original - 1953, folha 6/7. Fonte: APCBH.

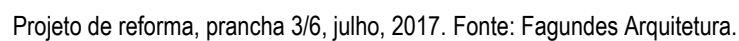
DOSSIÊ DE TOMBAMENTO AVENIDA AUGUSTO DE LIMA, 2061
CONJUNTO URBANO AVENIDA BARBACENA
E GRANDES EQUIPAMENTOS

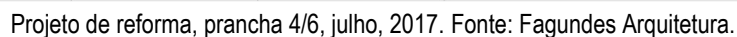


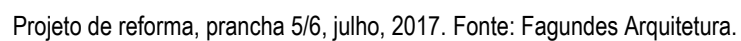
Projeto original - 1953, folha 7/7. Fonte: APCBH.

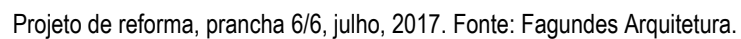














7. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO DE JUNHO DE 2022



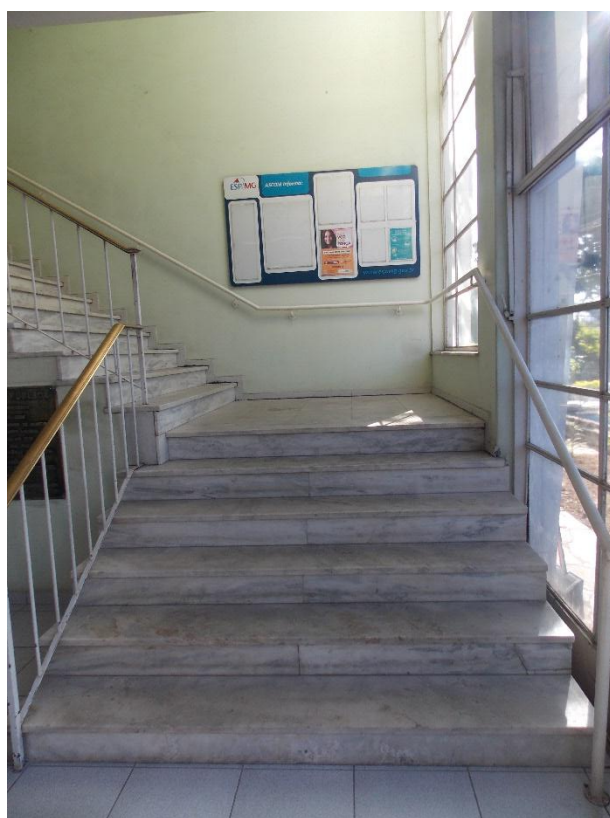
Detalhe fachada e gradil: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Porta original: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Porta de vidro temperado adicionada e porta original: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Escada em mármore do hall principal: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Esquadria original do laboratório de informática: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Laboratório de informática: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Detalhe das colunas estruturais independentes da janela em fita : Fonte: DPCA - Junho 2022.



Esquadrias do hall principal: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Detalhe da fachada: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Afastamento frontal ajardinado: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Gradil e calçada: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Fachada lateral – parte superior: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Fachada lateral – parte inferior: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Fachada interna do pátio: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Cobertura pátio interno: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Pátio interno: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Cobertura do pátio interno: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Detalhe do pátio interno: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Porta de vidro temperado adicionada e porta original: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Fachada interna na reentrância da volumetria, recebendo nova pintura: Fonte: DPCA - Junho 2022.



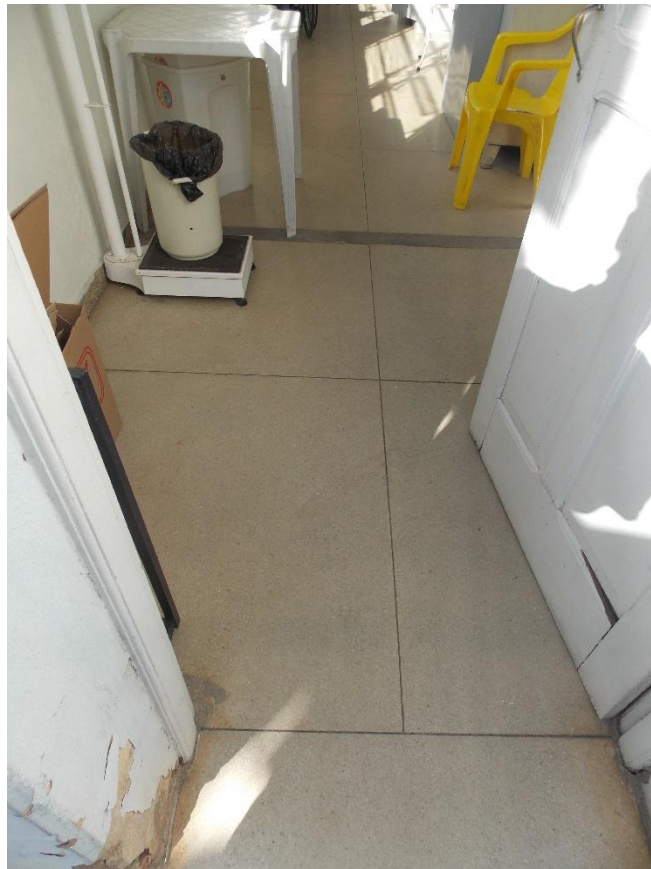
Estrutura das coberturas em lona do estacionamento: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Caixa d'água: Fonte: DPCA - Junho 2022.



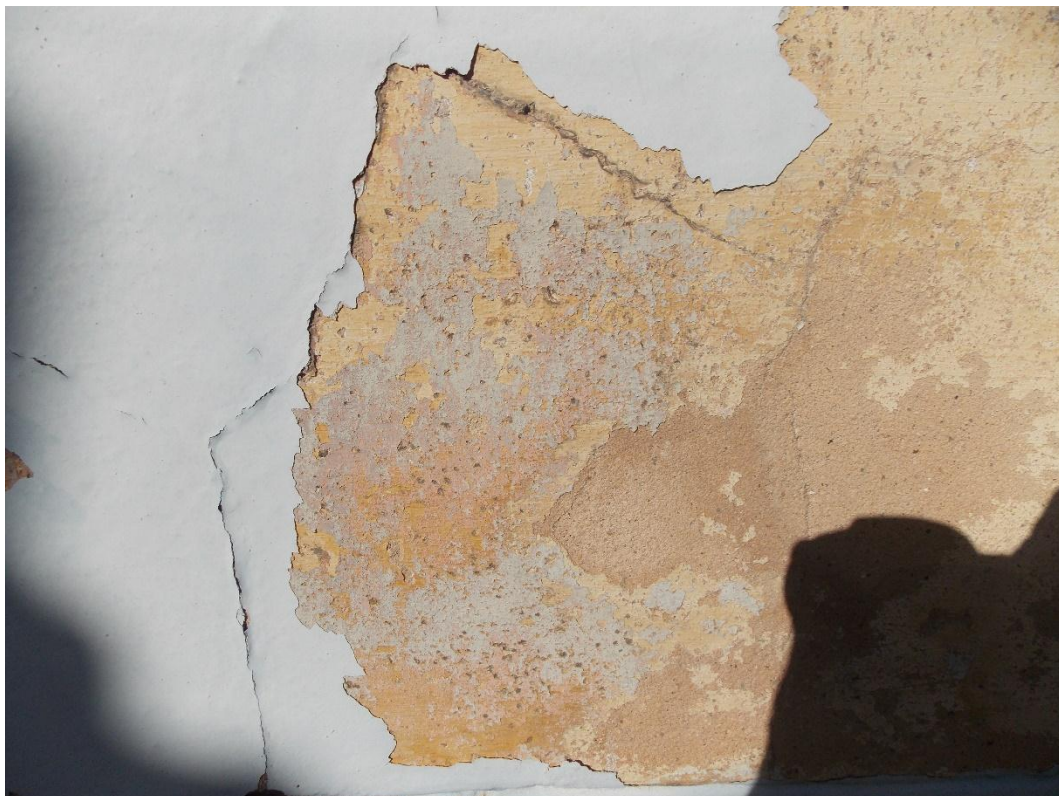
Detalhe da fachada lateral e rampa de acesso lateral: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Piso original em granilite nos espaços voltados para a fachada lateral: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Muro grafitado: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Detalhe descolamento de pintura, mostrando cores anteriores: Fonte: DPCA - Junho 2022.



Detalhe muro com embasamento em pedra: Fonte: DPCA - Junho 2022



Detalhe do muro com embasamento em pedra e antigo acesso pela Avenida Augusto de Lima: Fonte: DPCA - Junho 2022.



8. LEVANTAMENTO FOTOGRÁFICO ANTERIOR A 2022



Fachada Rua Avenida Augusto de Lima. Fonte: Fundação Ezequiel Dias.



Fachada Rua Avenida Augusto de Lima. Fonte: Fundação Ezequiel Dias.



Detalhe corpo central e fachada da Avenida Augusto de Lima. Fonte: acervo bibliográfico da ESP.



Vista Rua Uberaba na década de 1960, com muro e sem as floreiras Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história, p. 88 e 89.



JK presidindo formatura, 1952. Fonte: Fundação Ezequiel Dias: Um século de promoção e proteção à saúde, p. 117.



Antigo auditório da ESP, com piso de taco. Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história, p. 87.



Servidores e alunos dos anos 1960. Fonte: Destino Áspero: História em construção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, ps. 169 e 172.



Médicos Sanitaristas da turma de 1958. Fonte: Destino Áspero: História em construção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, pg. 169 e 172.



Alunas nos corredores. Fonte: Destino Áspero: História em construção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, ps. 157 e 167.



Sala de aula da ESP, com piso original de taco de madeira. Fonte: acervo fotográfico institucional.



Sala de aula da ESP, 2017. Fonte: acervo fotográfico institucional.



MST: intercâmbio de conhecimentos na educação popular, em 2013. Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história



Alteração do piso do pátio interno da ESP, nos anos 2007 e 2008. Fonte: ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história, p. 100.



Estacionamento interno da ESP, com as alterações das esquadrias (fechamento de vãos e substituições de janelas). Obra de 2007-2008.



Estacionamento interno da ESP, com as alterações das esquadrias (substituições de janelas). Obra de 2007-2008.



Estacionamento posterior da ESP, com as alterações das esquadrias (substituições de janelas). Obra de 2007-2008.



Corredor do pavimento térreo (fundo), com piso original de granilite. Fonte: acervo fotográfico institucional.





Hall principal da ESP (recepção), com piso original de granilite e esquadria original de alumínio, substituída por vidro temperado. Fonte: acervo fotográfico institucional.



Fachadas principais da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.





Fachadas principais da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Fachadas principais da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.





Fachada lateral pela Avenida Augusto de Lima. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Estacionamento na parte posterior da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Entrada do estacionamento na parte posterior da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Detalhe da entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Semi pilotis na fachada da Rua Uberaba. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Circulação pavimento térreo da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Pintura no hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Porta do hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Detalhe de vidraça na do hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Vidraça na do hall de entrada da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Jardim frontal da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Jardim frontal da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Detalhe gradil da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Gradil e portão lateral da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Cobertura abobadada de policarbonato alveolar do pátio interno da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Pátio interno da ESP. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Entorno da ESP – Av. Augusto de Lima. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



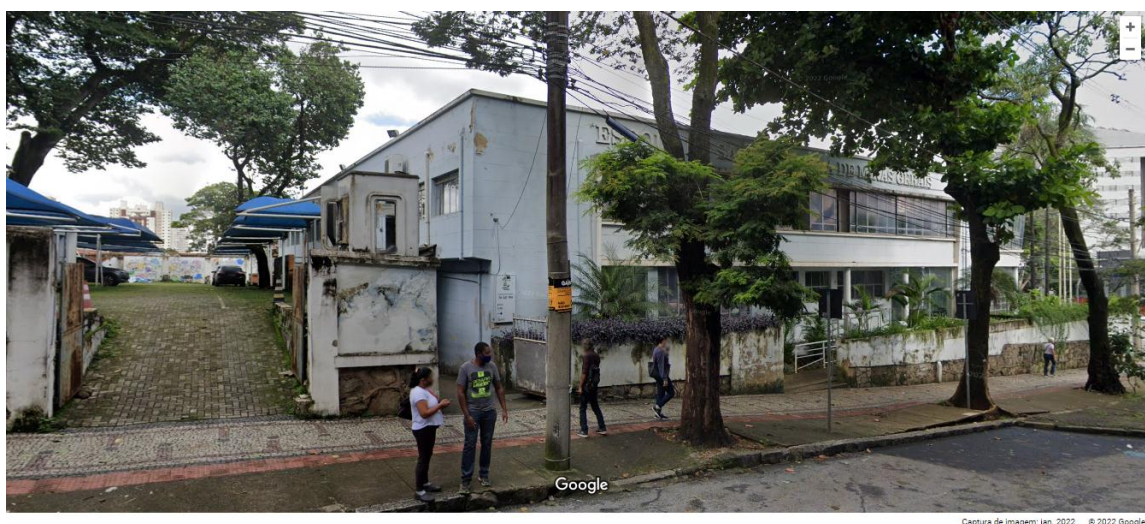
Corpo curvo na esquina de Avenida Augusto de Lima e Rua Uberaba. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Fachada atual da Escola de Saúde Pública – 2017 Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



Fachada Augusto de Lima. Fonte: Sérgio Fagundes, 2018.



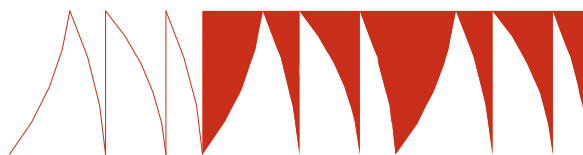
Fachada Rua Uberaba. Fonte: Google, acesso 2022.



Fachada Avenida Augusto de Lima. Fonte: Google, acesso 2022.



Fachada Avenida Augusto de Lima. Fonte: Google, acesso 2022.



9. JUSTIFICATIVA PARA O TOMBAMENTO

No contexto da política de proteção cultural do município de Belo Horizonte, focada na proteção de Conjuntos Urbanos, entende-se a preservação de determinada edificação como a valorização dos elementos simbólicos que remetem à história da ocupação de uma mancha urbana, no caso presente, da mancha que abarca partes do bairro Barro Preto. A preservação, nessa política, é compatível com as novas inserções urbanas, numa dinâmica inevitável de ressignificações. Seu objetivo fundamental é a promoção da qualidade de vida dos cidadãos, ao valorizar seus lugares da memória, sua identidade, suas referências cotidianas.

Diversas edificações pertencentes ao Pedacço Grandes Equipamentos do Conjunto Urbano da Avenida Barbacena apresentam caráter referencial e simbólico para a cidade, tendo sido indicadas como bens culturais merecedores de tombamento. Sua proteção, além de propiciar um registro histórico dessa região da cidade, contribui para manter uma salutar heterogeneidade do espaço, tanto em termos volumétricos, quanto ambientais e de usos.

O presente dossiê contextualizou o edifício da Escola de Saúde Pública como portadora de valores de significância. Os documentos e informações reunidas permitem a identificação de diversos valores de ordem social, de Intellectualidade, de identidade e ideológicos, assim como valores sentimentais.

Para Riegl (2014), atribuímos **valores históricos** a um bem quando possui pertinência e relevância documental, tendo permanecido como vestígio de um contexto específico, do qual tem a capacidade de atuar como testemunha. Os valores históricos advêm do quanto o bem cultural influenciou determinada conjuntura histórica e social, ou mesmo do quanto foi influenciado por ela, sendo mais acentuados quanto mais preservadas estiverem as evidências dessa associação com o passado (ICOMOS, 2013). O material reunido no presente dossiê nos permitiu atribuir significativa importância histórica ao edifício da Escola de Saúde do Estado de Minas Gerais. O edifício é representativo de uma arquitetura protomodernista que marca a transição, no contexto da cidade de Belo Horizonte e do Brasil, da tendência art déco para aquela mais próxima aos ideais modernistas. Assim como outros edifícios referenciais do período, a arquitetura adota estilemas que exemplificam a apropriação local de tradições e conceitos universais que influenciaram e modificaram mundialmente o rumo da arquitetura.

Os **valores artísticos** apontados por Vinãs (2005) estão em sintonia com as referências advindas da Carta de Burra (2004; 2013). Nesse documento, determina-se que os valores estéticos se referem às experiências sensoriais e de percepção do espaço, a conceitos estéticos formais que são culturalmente influenciados pelos costumes locais, assim como por características simbólicas que evocam estilos ou



que sejam representativas de determinados imaginários (ICOMOS, 2013). Esses valores são contextualizados no projeto do edifício por meio das formas adotadas, implantação, proporções e composição geral.

O **valor científico** como referencial de significância remete aos estudos acadêmicos voltados para a compreensão das estratégias de organização do espaço, técnicas construtivas e estudos da história da arquitetura. Aborda a relação com os hábitos, valores, modos de ser e viver, enfim, a cultura dos grupos formadores da sociedade belo-horizontina nos diversos períodos históricos. No campo da Educação pelo Patrimônio é exemplo que pode ser adotado para pesquisas sobre forma como foram pensados e propostos os espaços voltados para a educação. Permite a estudantes de arquitetura, de sociologia e de outras áreas, assim como a demais pesquisadores, compreenderem o contexto da criação, propiciando reflexões, experiências e vivências sobre técnicas e soluções de construção e organização dos espaços destinados às escolas, suas diferenças e semelhanças com o tempo presente.

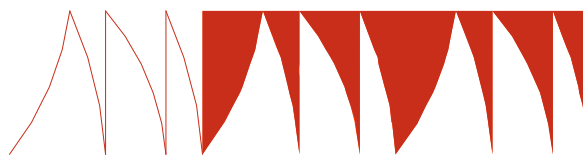
Os significados de **identidade coletiva** estão relacionados à relevância que assumem as escolas e outros espaços de convivência coletiva e afetiva, principalmente em período de socialização e formação dos alunos. Como sabemos por pesquisas quantitativas, os espaços com maior ressonância são os “grandes espaços e edificações destinados aos encontros e reuniões, aos rituais, às festividades, e às atividades de educação e lazer.” (MAGNI, 2012). Os **significados sentimentais** mencionados por Vinãs (2005) justificam a preservação da Escola de Saúde Pública enquanto lugar e referência espacial que remete a situações presentes na memória dos indivíduos, pois como se sabe, o espaço é o suporte da memória, remetendo a momentos e situações significativas da história de vida dos indivíduos. Ou seja, há um componente de memória que se refere à relação de cada indivíduo com o espaço em que habita e frequenta. O espaço é muitas vezes o suporte físico das memórias. Nesse sentido, o edifício se constitui como suporte físico para o que o historiador francês Pierre Nora denomina de “lugar de memória”, que pode ser o próprio edifício como também os acontecimentos, festas, aniversários, tratados, processos verbais e situações associadas a ele.

Em consonância com a Lei nº 3.802 de 06 de julho de 1984, que organiza a Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte, indicamos a necessidade de ser deliberado o tombamento específico (terceiro grau de proteção) do edifício das Escola de Saúde Pública de Minas Gerais, incluindo a aprovação das diretrizes de preservação e de intervenção. Essa indicação se sustenta no estudo elaborado para esse dossiê, ressaltados os elementos de significância que foram elencados.



Valores de significância cultural	
Tipo de valor (atributo)	Valor associado ao bem cultural (significado)
Históricos	- Referência na formação e qualificação de profissionais de saúde no Estado de Minas Gerais desde sua criação na década de 1940 e da inauguração da edificação, em 1959. - Qualificação dos profissionais de saúde que atuam junto às comunidades para o enfrentamento às endemias, epidemias e pandemia desde sua fundação. - Envolvimento direto com as principais questões sociais relacionadas à população envolvendo desde área da nutrição, higiene, saneamento, saúde no trabalho, a reforma da área da saúde mental, etc - Referência simbólica e afetiva, de identidade coletiva.
Artísticos/estéticos	- Edifício de expressão estética, referência da arquitetura protomodernista de Belo Horizonte; - Inserir-se de forma harmônica no ambiente urbano, em termos de implantação, forma, ritmo, proporção e escala; - Exemplar de grande porte que contextualiza a paisagem e a ambiência do Conjunto Urbano.
Científicos	- Referência para pesquisas que envolvam as disciplinas de História, Arquitetura, gestão da saúde, dentre outras, em relação a aspectos técnicos e conceituais; - Na área da educação pelo patrimônio é exemplar de grande equipamento que contextualiza em termos urbanísticos a parte da cidade onde se implanta, exemplificando para estudantes e educadores a lógica da proteção cultural do Conjunto Urbano Avenida Barbacena e Grandes Equipamentos.
Identitários/afetivos/sentimentais	- As vivências individuais e dos grupos associadas à edificação é muito relevante para os que conviveram no local; - Pode ser considerada “lugar de memória”, espaço significativo não apenas na memória afetiva dos frequentadores, mas também dos vizinhos e moradores do bairro.
Ideológicos	- Contextualiza um período que inaugura um novo modelo de atenção em saúde pública em Minas Gerais, representada pela Reforma Alvino de Paula traduzida em anseios higienistas; - Liga-se ao movimento do final da década de 1930 e início da década de 1940, voltado ao sanitarismo campanhista, que atingiu seu auge nos anos 50. - Atuação relacionada às questões trabalhistas dos anos 1970. - Participou ativamente do contexto da Reforma Psiquiátrica Antimanicomial

Quadro-Resumo dos valores de significância atribuídos ao imóvel



10. DIRETRIZES DE PRESERVAÇÃO E INTERVENÇÃO

- A ênfase da proteção por tombamento é na volumetria da edificação, tendo como referência o projeto original de 1953. Nesse sentido, ressalta-se a caracterização da cobertura, a solução atual do gradil, a composição das fachadas com seu ritmo de cheios e vazios, as formas e disposição dos panos de vidro e das janelas em fita, arrematadas por suas cercaduras, o coroamento e a paginação da pintura, em cores pasteis e tonalidades diferenciadas;
- Os volumes e anexos, não previstos no projeto original, construídos e não aprovados na Prefeitura Municipal, os quais não apresentam linguagem em harmonia com o edifício devem ser oportunamente suprimidos ou serem objeto de nova solução. Cita-se, por exemplo, a caixa d'água, as coberturas em tenda e a cobertura em abóboda translúcida instalada sobre o pátio central;
- Deverá ser mantido o desenho do telhado existente no corpo original;
- Deverá ser mantida a solução dos gradis, podendo ser estudada nova proposta para os portões;
- Deverá ser conservado o ajardinamento dos afastamentos frontais;
- No caso de repinturas das fachadas, é indicada a manutenção da solução de diferenciação de tonalidades e de cores, considerando esquadrias, frisos e panos lisos das fachadas;
- O desenho e a disposição das esquadrias voltadas para as fachadas principais deverão ser preservados. No caso de manutenção, poderá haver substituições desde que mantido o desenho original e as dimensões dos perfis e montantes;
- As intervenções já realizadas nas fachadas internas, que causaram interferência na caracterização da edificação, como instalação de ar condicionado, deverão ser readequadas quando das futuras intervenções na edificação;
- Deverá ser estudada, quando de futuras intervenções, nova solução que substitua os postes de recepção de energia elétrica, atualmente posicionados no afastamento frontal voltado para a Avenida Augusto de Lima;
- Quando de futuras intervenções, deverão ser revistos e mais bem posicionados os tubos de descida de água pluvial do telhado, atualmente visíveis em uma das extremidades da fachada voltada para a Avenida Augusto de Lima e na fachada da Rua Uberaba;
- Não poderão ser instalados aparelhos de ar condicionado ou equipamentos que obstruam a visibilidade nas fachadas principais e internas;



- O engenho de publicidade instalado na platibanda da parte curva da volumetria, voltada para a esquina, deverá ser redimensionado para que se crie maior harmonia com a edificação, podendo, a critério do órgão gestor do patrimônio cultural, ser adotado totem que poderá ser instalado no afastamento frontal junto aos acessos;
- As intervenções definidas no código de posturas como “reforma” deverão ser precedidas de apresentação do projeto ao órgão gestor do patrimônio, o qual, após análise e aprovação, emitirá carta de anuência prévia ao licenciamento na Prefeitura Municipal ou analisará e aprovará o projeto conforme determinação legal em vigor.



11. REFERÊNCIAS

ALEIXO, José Lucas Magalhães. Destino Áspero: História em construção da Escola de Saúde Pública de Minas Gerais. Belo Horizonte: ESP-MG, 2001.

Assessoria de Comunicação Social - ASCOM. Belo Horizonte. Acervo bibliográfico e fotográfico

BAHIA, Cláudio Lister Marques; Belo Horizonte: Uma Cidade Para A Modernidade Mineira. Belo Horizonte, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, v. 12, n. 13, 2005

BAHIA, Cláudio Lister Marques; JK: Política, arte, arquitetura. Belo Horizonte, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, v. 11, n. 12, p.119-137, 2004.

BAHIA, Denise Marques; A Preservação da Arquitetura Moderna de Belo Horizonte: Relato de Uma Experiência. Belo Horizonte, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, v. 12, n. 13, 2005.

BLANCO, Giovanni Blanco e MALTA Campos Neto, Candido: **Redescobrimo o Art déco e o racionalismo clássico na arquitetura belenense**, www.vitruvius.com.br/arquitextos/ janeiro 2003.

BRASIL. Constituição. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

CARTA DE NAIROBI 1976 - Unesco – Organizações das Nações unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, 19ª Sessão – **Nairobi**, 1976. In: Caderno de Sociomuseologia, n. 15, 1999, pp. 187-208.

CLIMATE-DATA.ORG. Clima Belo Horizonte_Brasil. s.d. Disponível em: <https://pt.climate-data.org/america-do-sul/brasil/minas-gerais/belo-horizonte-2889/>. Acesso em: 29 set. 2021.

CONDE, Luiz Paulo; KATINSKY, Júlio; PEREIRA, Miguel Alves; Arquitetura Brasileira após Brasília: Depoimentos. Rio de Janeiro: Departamento do IAB/RJ, 1978.91

DIRETORIA DE PATRIÔNIO CULTURAL, Dossiê de Tombamento: Escola Estadual Instituto São Rafael. Diretoria de Patrimônio, 2013.

DIRETORIA DE PATRIÔNIO CULTURAL, Dossiê de Tombamento: Rua Tomaz Gonzaga, 388. Belo Horizonte, 2008.

DIRETORIA DE PATRIÔNIO CULTURAL, Dossiê de Tombamento Conjunto Urbano Avenida Barbacena – Grandes Equipamentos. Belo Horizonte, 2007.

FAGUNDES, Tecnologia e Arquitetura Ltda. Projeto de Restauração, Reforma e Ampliação Arquitetônica – em elaboração. Belo Horizonte, 2017.

Arquivo da Escola de Saúde Pública do Estado de Minas Gerais – ESP-MG, banner e folder de 2006 sobre a reforma e modernização da ESP-MG; INFORMESP nº 03/2020 Boletim Especial de 74 Anos; Relatório de Gestão 2020/2021.



MIRANDA, Harrison (org.); HERINGER, Leandro (org.); CAIAFA, Ricarda (org.). *ESP-MG: Tradição em inovar: 68 anos de História/ Escola de Saúde Pública de Minas Gerais*; - Belo Horizonte: ESP-MG, 2014

FREITAS, Marcel de Almeida; A influência italiana na arquitetura de Belo Horizonte. Belo Horizonte, Cadernos de Arquitetura e Urbanismo, PUC Minas, v. 14, n. 15, p.137-163, 2007.

LE MOS, Carlos A. C.; Arquitetura Brasileira. São Paulo: Edições Melhoramentos, EDUSP, 1979.

LYNTON, Norbert; O Mundo das Artes: Arte Moderna. São Paulo: Editora Expressão e Cultura, 1966.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Da periferia ao centro**: pedaços & trajetos. In: Revista de Antropologia. São Paulo: USP, 1992.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no Pedacço**: Cultura Popular e Lazer na Cidade. São Paulo, Hucitec, 1998.

MAGNI, Teodoro. **O direito ao patrimônio em Belo Horizonte: A institucionalização das práticas e a proteção do bairro Floresta**. 2012, 265 f. Tese (mestrado) Programa de Ciências Sociais da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais.

MIRANDA, Harrison; HERINGER, Leandro; CAIAFA, Ricarda (Org.). ESP MG: tradição em inovar. 68 anos de história. Belo Horizonte: ESP-MG, 2014.

SANTI ANNA, Márcia. **Critérios de intervenção em sítios urbanos históricos**: uma análise crítica. Disponível em <<http://www2.archi.fr/SIRCHAL/seminair/sirchal4/SantannaVPT.htm>> Acesso em: 24 Nov. 2016.

SEGAWA, Hugo: Arquiteturas no Brasil: 1900-1990. São Paulo, Edusp, 1998.

SOUZA, Abelardo de; Arquitetura no Brasil: Depoimentos. São Paulo: EDUSP, 1978.

STARLING, Heloisa Maria Murgel; GERMANO, Lúcia Beatriz de Paula; MARQUES, Rita de Cássia. Fundação Ezequiel Dias: Um século de promoção e proteção à saúde. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2007.